



Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

Presidente da Mesa – Informou que apresentou renúncia ao mandato, em 18 de setembro, o deputado municipal Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, que foi eleito nas listas da CDU, este deputado, segundo a lei eleitoral é substituído pelo deputado seguinte na lista da CDU, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Deixou de ser Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa e por inerência deixou de ser o representante dessa junta na Assembleia Municipal e que assumiu funções no Executivo o segundo eleito na lista da Junta de Freguesia de São Sebastião, Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, que representará nesta Assembleia a sua Junta de Freguesia, conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata.

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Rafaela Isabel Graça Nunes e Manuel Jorge Silva Esteves.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues e Joel Alexandre Neves Marques.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 e 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, Pedro Miguel Pereira Florêncio e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, António Miguel da Costa Ferreira e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 12 a 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído por Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.



Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos três inscrições para intervenção e recorde que temos um limite de 30 minutos neste período e cada pessoa tem 5 minutos para fazer a sua intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 17 a 20, arquivados em pasta anexa à presente ata).

José Costa – Senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, alguns mídea são pródigos em apresentar notícias que colocam Setúbal no topo da lista negra da sinistralidade rodoviária a nível nacional, o que já percebi é que eles não sabem que há em Azeitão uma freguesia sem buracos e sem sinistralidade. É verdade, é a única a nível nacional, parabéns à sua Presidente e ao seu Executivo.

Se em Azeitão foi possível erradicar os buracos das ruas da Junta de Freguesia, também às freguesias das outras Câmaras Municipais, a nível nacional, lhes é possível.

Façam como eu, quando vejo um buraco, uma tampa metálica levantada ou uma tampa metálica abatida, comuniquem às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia, que elas resolvem. Por exemplo, desde as eleições de 26/09/2021 enviei 102 e-mails para a Câmara Municipal de Setúbal, 59 e-mails para a Junta de Freguesia de Azeitão e 76 e-mails para as Infraestruturas de Portugal.

Infelizmente, continuam a morrer pessoas nas nossas estradas e ruas, muitos compatriotas nossos. Um buraco, uma tampa metálica abatida ou levantada pode matar, danifica pneus, rebenta pneus, destrói mangas dos eixos das viaturas, amortecedores e molas, destrói rolamentos das rodas, em suma, danifica a viatura lentamente. As marcações laterais e centrais devem estar sempre pintadas para que não aconteça o que nos acontece quando é noite escura e quando chove.

Ana Bela Costa – A minha presença neste espaço tem a finalidade de tentar saber a resposta de um processo que iniciou em julho de 2017. Comecei no Conselho de Moradores do Casal das Figueiras por fazer um e-mail a pedir uma averiguação de uma construção ilegal que se encontra construída lateralmente à casa que habito e que era dos meus pais.

Existe, ainda, um outro problema que é a construção de um muro lateral sobreposto ao muro do meu quintal que corre o risco de cair dentro do meu espaço. Anexei fotos desta situação ao e-mail.

No final do ano de 2017, a fiscalização confirmou presencialmente o perigo que eu estava a correr dentro do meu quintal.

Em 2018, nada foi feito, e em 2019 deixei um pedido dirigido à Sra. Presidente expondo a situação com a agravante da degradação em que se encontrava o referido imóvel, sem portas e janelas, com lixo resultante de dejetos de gatos e o cheiro que resultava daí, além do aparecimento de ratos e baratas no meu quintal, e ainda visitado por jovens que utilizam o mesmo para satisfazer os seus vícios. Fiz carta à Saúde Pública que não obtive resposta.

Em 2020, a D. Paula Miranda contactou-me telefonicamente a transmitir-me que iriam demolir o muro, tendo em conta o perigo que apresentava. Ao longo desse ano, 2020, várias tentativas de contactos com a referida funcionária, em que umas vezes estava de baixa, outras de férias, depois o processo, que é o processo de fiscalização n.º 576 F/2017, não aparecia e tudo continuava sem resolução.

No final de 2020 fiz novo e-mail ao Gabinete do Participante Cidadão citando os factos que eram do conhecimento do serviço há longa data, sem qualquer solução.

Em abril de 2021 recebo, pela primeira vez, uma carta a dar conhecimento de que esse espaço pertence à Fazenda Pública, facto pelo qual o assunto foi encaminhado para esse organismo.

Aqui abro um parêntesis, porque tive conhecimento, não pela Fazenda Pública, mas pelos próprios serviços camarários que a casa não está legalizada na Câmara e o terreno foi comprado, mas foi penhorado pela Fazenda Pública por não terem pago IMI.

No ano passado, em 2022, continuei a insistir, mas nada de respostas, porque as finanças não me davam informação presencial sem outros elementos de que seria a Câmara a informar. Devido ao jogo do empurra, fui aconselhada a pedir uma reunião com a Vereadora Rita Carvalho que nunca chegou a concretizar-se. Posteriormente em junho, fui visitada pelo chefe de obras e fiscalização que me transmitiu que como o telhado do imóvel era coberto por placas de amianto, teria que ser posto a concurso para que uma empresa especializada o removesse antes da demolição do mesmo. No final do ano de 2022, resolvi fazer outro e-mail a tentar saber algo, mas sem nenhuma resposta.

Fevereiro deste ano de 2023, falei com a D. Marta Seca que me informou que iria saber o porquê de não haver resposta e no final de junho mais um contato telefónico com a mesma senhora, a qual estava convencida que o assunto estava encaminhado, depois ligou-me no mês de julho a dar conhecimento que iriam entaipar e demolir o imóvel e que logo que tivesse mais informações que me iria ligar. Neste momento continuo na estaca zero, não tenho qualquer informação de nada, nem qualquer resposta e gostaria de saber se alguém me ajuda nesta etapa que já dura desde 2017.

Sílvia – Fez uma intervenção que não ficou registada, uma vez que a própria não autorizou, de acordo o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Ana Henriques – Sou a Ana Henriques, sou chefe do Grupo 2, 3, 1 dos Escuteiros da AEP (Associação dos Escoteiros de Portugal), já enviei vários e-mails para a Câmara desde 2020, agosto, setembro de 2020 e julho, de 2023, porque temos uma árvore enorme a cair sobre um dos edifícios onde estão vários miúdos todos os fins de semana. Começamos as atividades amanhã dentro daquele edifício que está debaixo da árvore que está a cair, vão estar amanhã 15 miúdos e vão estar todos os fins de semana. Há umas semanas já caiu parte da árvore, que por acaso caiu para fora e por acaso estávamos de férias, mas é um assunto que já desde 2020 que estamos a pedir que cortem aquela árvore, porque é daquelas árvores monstruosas, não é uma árvore pequena.

Já lá estive uma representante da Câmara Municipal no nosso aniversário, não me recordo do nome, que teve a ver, pediu ao fotógrafo da Câmara que tirasse fotografias, já falei com a Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão que me disse que conhece a árvore, todos parecem conhecer a árvore, mas ela continua lá e em risco de cair em cima dos jovens.

Era para agradecer terem limpo o caminho, sobre o qual tivemos várias semanas a enviar consecutivos e-mails para limparem o caminho da vala real que tinha ervas muito grandes e secas e durante o verão corria o risco de incêndio. Obrigado por o terem limpo. Não sei quem foi, gostava de agradecer, mas não sei se foi a junta ou se foi a câmara, porque enviei e-mails para todos, mas agora como não sei quem foi, fica aqui o agradecimento a todos.

Vice-Presidente da Câmara – Dirijo-me, em particular, a estes quatro cidadãos que estiverem hoje aqui conosco. Em primeiro lugar, agradecer a participação na Assembleia Municipal, hoje o Sr. Presidente não pôde estar aqui, estou eu para vos dar algumas respostas e para vos agradecer terem colocado as questões, mas também para terem paciência em relação a alguns processos que realmente são complicados e morosos.

No caso do Sr. José Luís, registamos as suas preocupações e sabemos que esta é uma matéria que muito nos deve preocupar, a sinistralidade e a segurança rodoviária. Não estamos sozinhos no território e como o senhor referiu muitas coisas nos locais que mencionou passam pelas Infraestruturas de Portugal, mas muito



obrigado pelas suas sugestões e se, de futuro, quiser aprofundar mais essa matéria, julgo que a Sra. Vereadora Rita Carvalho, que tem esse pelouro, estará disponível para reunir consigo. Muito obrigado.

Em relação à Sra. Anabela, efetivamente, há já aí um longo processo, a senhora quando falou numa das nossas trabalhadoras, é de facto a pessoa que trabalha diretamente com a Sra. Vereadora Rita Carvalho e julgo que ela terá conhecimento, mas tendo em conta que é uma situação muito particular e tão específica, a vereadora depois irá falar consigo para marcarem uma reunião, porque há aí muitos desenvolvimentos e essas matérias envolvem sempre vários serviços e até entidades externas, como a senhora mesmo disse.

Era importante, se calhar, fazer um ponto de situação e se tiver disponibilidade, também, poder reunir com a Sra. Vereadora Rita Carvalho. Quando acabarmos aqui este período, ela vai sentar-se ao seu lado e vocês combinam, pode ser? Muito obrigado.

Eu e a Dona Sílvia já nos conhecemos por via das dificuldades que este processo tem apresentado. Na reunião de câmara já discutimos este problema de uma forma mais contida no sentido de respeito à privacidade desta situação.

Já transmiti à Dona Sílvia a nossa opinião em relação a esta matéria e depois vou explicar aos senhores deputados municipais, do nosso ponto de vista, o que é que está em causa. De qualquer maneira quero-lhe agradecer a coragem em ter vindo aqui hoje, sei que não é fácil estar aqui, sei que a Dona Sílvia é uma lutadora e acho que deve continuar e que não deve desistir, mas também julgo que em conjunto havemos de encontrar uma solução que não tem sido nada fácil. Não tem sido nada fácil.

O que vou dizer aos senhores deputados municipais, já o disse à Dona Sílvia, mas quero esclarecer como é que esta situação funciona.

Neste momento existe um Decreto-Lei n.º 54, referente às escolas, que é um decreto-lei promotor de inclusão na escola. Hoje em dia, todas as crianças têm lugar ou têm que ter um lugar naquilo que é a escola pública. Os professores e os auxiliares têm-se esforçado muito para que este modelo funcione. Sendo eu adepta deste modelo, reconheço que o tempo em que ele foi preconizado e até à data de hoje, para que ele esteja na sua plenitude ainda temos que percorrer aqui um longo caminho.

Efetivamente continua a haver esta resposta de algumas instituições privadas ou de solidariedade social que continuam a manter as suas escolas de ensino especial, aliás, esta matéria já foi objeto de uma portaria de revogação, portanto, estas escolas supostamente, em termos de legislação, já não existem, contudo, tendo em conta os problemas que se verificam, todos os anos estas escolas têm autorização para funcionar. O caso da APPACDM que aqui tem uma, no caso do Rumo ao Sucesso que tem outra e o caso da CERSI no Montijo que também tem.

A situação começou a complicar-se a partir de 2021, porque esta criança teve connosco no Jardim de Infância das Amoreiras e, aparentemente, o seu desenvolvimento correu bem, mas depois na Escola das Amoreiras a situação já não correu tão bem e a família procurou uma outra resposta e encontrou essa resposta no Montijo, porque a APPACDM está sobrelotada, não tem capacidade para a receber.

As colocações dos alunos são da responsabilidade da DGEST e, neste caso, a legislação reporta a 1997, o apoio deste tipo de transporte, não é competência da Câmara Municipal, não está incluído na Portaria n.º 9/2023, mas está incluído neste Decreto-Lei de 2017. Acontece que este Decreto-Lei diz qualquer coisa como *“O subsídio de Transporte para crianças que estejam em instituições particulares com necessidades educativas especiais é igual ao valor do passe.”* É isto que as entidades têm para oferecer à família desta criança e isto não é suficiente, como devem calcular.

Só aqui fazendo um paralelismo, se houver um contrato-programa do Estado com um colégio privado por falta de oferta, o subsídio de transporte pode ir até aos 200,00€. Neste caso como é uma “escolha” da família a comparticipação são 40,00€. Quero-vos dizer que já fizemos imensos contatos, quer com a DGEST, quer com empresas de transporte para percebermos se podemos ser parte da solução do problema. Como a criança tem que estar acompanhada, fizemos vários pedidos a empresas de transporte de ambulâncias, a disponibilidade não é muita e estamos a falar de valores muito elevados, por exemplo, a Cruz Vermelha enviou-nos um orçamento para o transporte, de 77 mil euros por ano, porque estamos a falar de ir ao Montijo, voltar e depois fazer novamente este percurso.

Ontem, também, contatamos a empresa que, supostamente, a CERSI já tem para fazer este serviço e ficamos a saber que os pais é que se organizam para garantir o transporte daquelas crianças que chega a Palmela, a Alcochete, ao Barreiro, à Moita e ao Montijo, não são só crianças dali que frequentam a CERSI do Montijo, mas o transporte está sobrelotado também. Neste momento, encontramos-nos aqui com uma dificuldade muito grande, a DGEST também já respondeu a este processo, penso que ainda há aqui algum caminho para seguirmos.

Só quero dizer que todas estas peripécias que têm acontecido não têm em nada ajudado a que a criança tenha uma normalidade, uma normalidade naquilo que é o seu percurso educativo, porque efetivamente podíamos não ser tão estáticos em relação àquilo que são estas entidades e acolhê-las como entidades de Ensino Especial, fazendo parte, também, da oferta educativa e desse modo, por exemplo, as Câmaras Municipais poderem fazer o transporte integral.

Esta Câmara Municipal garante o transporte a várias crianças com necessidades educativas especiais, quer no âmbito dos protocolos que temos com os Agrupamentos, em que cada Agrupamento faz o transporte, quer nos alunos do nosso concelho que são transportados para outras escolas fora do concelho, como por exemplo, temos 10 crianças com necessidades educativas a nível da audição que estão a frequentar a Unidade de Apoio a Surdos no Seixal e é a Câmara Municipal de Setúbal que todos os dias garante esse transporte. O que estamos aqui a falar é de um enquadramento legal e que a DGEST nos diga que podemos fazer este transporte à semelhança do transporte que já fazemos.

Não foi escolha desta mãe colocar a criança no Montijo, não foi capricho desta mãe, as respostas é que são realmente muito poucas. Em relação a este assunto era o que queria dizer.

Dona Ana Henriques, fui eu que estive lá consigo e efetivamente a Câmara fez a limpeza daquele caminho, falta fazer a avaliação da árvore, esse processo já está nos serviços e vou tentar perceber em que fase é que está e quando é que essa avaliação vai ser feita e depois comunico-lhe. Muito obrigado.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 19 de junho de 2023

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão ordinária da Assembleia de 30 de junho de 2023

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

Carla Oliveira (CH) – O Partido CHEGA está preocupado, porque recebeu uma série de reclamações e denúncias face à praga de baratas e ratos, nomeadamente junto de parques públicos, junto das nossas escolas, Escola Sebastião da Gama, Algodeia, Montalvão, nas imediações do Jardim do Bonfim e gostávamos de reforçar o pedido ao Executivo, também já foi feito na União de Freguesias de Setúbal, para que houvesse uma mais eficaz higienização das áreas do concelho.

Flávio Lança (IL) – Quero aqui colocar uma questão ao Executivo, já vimos que está anunciado o Outlet na Baixa de Setúbal, mas existem ruas com luz muito deficiente. Os comerciantes têm dito que gostavam de ter as lojas abertas até às 22h00, mas com a luz atual alguns já ponderam até fechar mais cedo.

Tenho relatos na Rua Antão Girão, no Largo do Poço e na Álvares Castelões. Questiono para quando é que esta questão da iluminação pública deficiente estará resolvida.

Vítor Rosa (BE) – Mais do que fazer perguntas, quero deixar aqui duas ou três notas, diz o velho provérbio popular “*mais vale tarde do que nunca*” e é pegando neste provérbio popular que registo com agrado que finalmente a adesão do Executivo e também da bancada do Partido Socialista às preocupações dos milhares de cidadãos que assinaram uma petição, iniciada por iniciativa do Bloco de Esquerda, com o intuito da extensão do Passe Navegante às ligações entre Setúbal e Troia.

Recordo que na Assembleia Municipal Extraordinária de 20 de maio do ano passado, questionei o Sr. Presidente da Câmara, face ao segundo aumento tarifário da Atlantic Férries, se o Executivo era capaz de propor às Câmaras Municipais de Alcácer do Sal e de Grândola, se em conjunto conseguiram alterar junto do concessionário algum dos preços e, se por outro lado, também em conjunto, se conseguiram propor na AML a extensão do Passe Navegante às ligações entre Setúbal e Troia. Não houve qualquer resposta da parte do Sr. Presidente da Câmara, só na Assembleia Municipal seguinte, realizada a 24 de junho, também do ano passado, foi dado uma resposta em que se informou esta Assembleia Municipal que a questão estava identificada pela AML e TML e anunciaram que a Câmara Municipal de Setúbal e a de Grândola tinham todo o interesse em fazer o resgate da concessão. Ponderadas as condições, a forma que coube ao mesmo poderia ser feito. Estas declarações foram prestadas pela Sra. Vereadora Rita Carvalho, a qual informou, também, que a Câmara tinha feito algumas reuniões com a Atlantic Férries e com a APSS, mas se esta questão foi abordada ou não, não temos essa informação.

Os senhores a nível local e os sucessivos Governos deste país têm ignorado, ao longo dos anos, esta questão, esperemos, aquando da discussão da petição na Assembleia da República, que assumam as suas responsabilidades e que não basta uma conferência de imprensa ou, como fizeram os deputados do PS, limitarem-se a questionar o Governo em vez de exigir que é urgente e necessário a extensão do Passe Navegante às ligações entre Setúbal e Troia.

Duas últimas notas, continua a haver um espaço temporal demasiado longo nas respostas do Executivo às questões colocadas pelos Grupos Políticos com assento nesta Assembleia, em média estamos a receber respostas aos requerimentos com dois meses, penso que era possível da parte do Executivo haver maior celeridade nas respostas aos requerimentos enviados.

Por último, tenho tido várias informações de que no início do ano letivo houve vários atrasos nos transportes em várias zonas da cidade. Se o Executivo teve conhecimento destes atrasos por parte da Alsa Todi e que medidas tomou ou pensa tomar.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Três questões, solicitar ao Executivo Municipal para que tenha uma intervenção muito forte junto da E-REDES para que a manutenção da iluminação pública melhore muito.

Nos últimos anos as coisas têm vindo a piorar, antigamente enviávamos um e-mail com a referência dos pontos onde os candeeiros estavam apagados e eram substituídos, agora é necessário lançar tudo numa plataforma, onde não temos nenhum canal direto, é uma plataforma onde qualquer cidadão pode lá colocar as situações e dizem que têm 10 dias para resolver o problema e ao fim desses 10 dias dizem que a situação está resolvida e vamos constatar, como aconteceu no Bairro da Bonita em que enviámos para lá 4 reclamações, e só estava uma resolvida, o que é uma situação que é lamentável. Ainda há cerca de um mês a equipa que faz esta manutenção na Estrada Nacional 10, entre a entrada na Rua Brejos de Canes e até à Estação da GALP, durante o dia acionaram a célula para acender todos os candeeiros e qual não foi o meu espanto que à noite estavam cerca de 12 candeeiros apagados. Chegaram lá, acenderam as luzes, viram as que estavam acesas e não resolveram o problema.

Isto tem se vindo a arrastar consecutivamente, só a unidade local de Proteção Civil em duas noites fez o levantamento de 162 candeeiros apagados, uma trabalhadora da junta teve duas semanas a lançar um a um com as coordenadas e se resolveram 20% do problema, foi muito. É lamentável o que está a acontecer e espero que no futuro arranjem outros mecanismos para que seja mais rápido.

Outra questão que trago aqui, é a questão dos maus cheiros provenientes da AMARSUL. Temos reclamado para tudo quanto é sítio, a SEPNA/GNR veio-nos dizer que não viu lá grandes anomalias e que ia enviar e enviou para a CCDR e para a APA, porque são eles as entidades responsáveis pelo licenciamento desta infraestrutura e depois questionamos a APA e a CCDR, e a APA pediu-nos para detalharmos melhor aquela situação e enviámos a informação de todas as reclamações que achamos ser suficiente para analisarem.

Recebemos da parte da AMARSUL uma informação de que os maus cheiros podiam piorar entre 25 de setembro e o início de novembro, porque vão fazer a tradicional manutenção anual. Esperamos que esta manutenção seja fruto de reclamações que têm acontecido por parte da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e dos moradores e que o problema venha a ser resolvido. Para nós não tem havido manutenção, aquela que é necessária nestes últimos anos, e aquelas pessoas que vivem ali nas redondezas, que são muitas, têm sofrido bastante com isto.

Outra questão, não sei se a Câmara Municipal tem alguma resposta sobre esta matéria, porque foi das questões que a Junta de Freguesia tem colocado às Infraestruturas de Portugal com conhecimento à Câmara Municipal, é que achamos que é fundamental criarem-se três rotundas na Nacional 10, uma no cruzamento junto à VIROC, que dá acesso à zona das Curvas, outra frente à Farmácia das Pontes e outra na entrada do Bairro da Bonita, todas elas bastante perigosas e que, apesar da nossa insistência, nunca tivemos uma resposta por parte das Infraestruturas de Portugal, nem sequer se estão, pelo menos, a estudar o caso.

Diamantino Estanislau (CDU) – A minha questão é relacionada com a Unidade de Saúde de Azeitão. Como é sabido as obras, aparentemente, estão concluídas, o edifício está identificado “Unidade de Saúde de Azeitão” na fachada, as portas têm os autocolantes da SNS - ARSLVT há cerca de dois meses, mas o que acontece é que aquela unidade continua encerrada sem estar ao serviço da população.

O que pergunto ao Executivo é se tem alguma informação para quando a abertura daquele serviço, atendendo a que o edifício antigo está deteriorado, sem condições para os utentes e se a Unidade de Saúde pela qual lutámos tantos anos está construída, está pronta, qual o motivo para que ainda não esteja colocada à disposição em vez de se manter continuamente fechada. Tenho aqui uma fotografia, tem uma vedação provisória em frente ao edifício, as obras estão concluídas, o parque de estacionamento está concluído, há cerca de dois meses que está concluída sem estar ao serviço da população. Se a Câmara tem alguma informação da ARSLVT para quando se prevê a abertura do Centro de Saúde.

Luís Maurício (CH) – Espero que o Sr. Presidente tenha tido umas boas férias e vamos começar mais um ano autárquico. A minha pergunta é muito simples, como é que está a situação dos Bombeiros Sapadores, qual é o ponto de situação e gostava que o Executivo ainda hoje pudesse responder.

Vanessa Silva (CDU) – Gostava de dirigir duas questões ao Executivo Municipal, a primeira tem a ver com o processo de transferência de competências na área da Educação, tendo em conta a informação que nos foi prestada nas últimas duas reuniões, nomeadamente o Relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitorização deste processo que indiciava um défice de cerca de um milhão e trezentos mil euros no financiamento do processo. Gostava de saber o ponto de situação agora que iniciámos o ano letivo, se este défice foi suprido ou qual é o ponto de situação relativamente ao financiamento do processo por parte do Governo.

A outra questão, também tem a ver com a situação laboral dos Bombeiros Sapadores, nomeadamente se existe já alguma informação da alteração legislativa que foi identificada pela Sra. Ministra na reunião com a Câmara Municipal de Setúbal no sentido de sustentar a posição que é desejável e que permita o pagamento do subsídio de turno a estes trabalhadores.

Paulo Lopes (PS) – Quero voltar um pouco atrás, à intervenção do público, nomeadamente, à intervenção da Dona Sílvia e dizer, como autarca e como pai, é impossível alguém aqui ficar indiferente ao seu testemunho. Das palavras da Sra. Vice-Presidente da Câmara vislumbra-se que tem de haver uma solução e há de haver uma solução. Será escusado dizer que qualquer membro desta sala está solidário, mas com a solidariedade você não se governa e precisa é de uma solução e o que queremos é que a Sra. Vice-Presidente nos fosse dando algum feedback da evolução deste problema, quais são as soluções que, entretanto, foram faladas com a DGEST e tentarmos ver qual é a solução. Porque se não conseguirmos, enquanto políticos, resolver uma situação destas, então vir aqui só discutir o problema dos buracos e afins é muito pouco.

Era só o que queria dizer, manifestando solidariedade e disponibilidade total, de todos aqueles que estão aqui presentes, para a resolução de uma situação extrema e enquanto pai estaria a fazer exatamente o mesmo que a senhora. Não tenho soluções, mas é isto que tenho, dar-lhe esta palavra de conforto apenas.

Rui Lamim (PSD) – O primeiro ponto tem a ver com uma interpelação ao Executivo, gostaríamos de referir que as recomendações contidas nos relatórios das Comissões desta Assembleia não estão a ser cumpridas, nomeadamente naquilo que se refere ou que é a passagem de informação da relação entre o Município e os proprietários da Comenda, que está contido no relatório que foi aprovado por esta Assembleia.

Também um outro relatório que, igualmente, foi aprovado por esta Assembleia e que pede informação corrente acerca da evolução do contrato do estacionamento tarifado.

Depois algumas perguntas, uma primeira que tem a ver com a Av. dos Ciprestes, parece que há mais um foco para fazer obras, mas elas são várias e a Av. dos Ciprestes continua em bolandas. A pergunta é, quando é que todas as obras ficarão terminadas?

Uma outra deriva de umas possíveis obras, sei lá o que é que será, é o fecho da circulação da Rua Círio da Arrábida, que é aquela estrada das praias, nomeadamente o troço entre a Figueirinha e Galapos que está fechada desde o início deste ano. A época balnear já passou, a estrada continua fechada, o perigo era uma pedra que poderia cair e a pedra não caiu, existem umas placas de betão que impedem o trânsito, as pessoas continuam a passar pulando a vedação, a pedrinha maior que encontrei tinha 2,5 cm e havia muitas garrafas vazias partidas, portanto, o espaço está a ser vandalizado. Previam-se umas obras, umas avaliações, mas o que é certo é que estamos a ser privados daquele espaço e talvez a avaliação de risco tenha sido exagerada.

Outro ponto, mais genérico e que é uma pedra no sapato de todos nós, quando é que o Plano Diretor Municipal vai ser aprovado? É um plano que é importante para a gestão deste município e que continua em bolandas no Conselho de Ministros.

Dentro daquilo que é mais local, costumamos referir como um não bom investimento, e isto é um bocadinho irónico, a compra da Praça de Touros Carlos Relvas, que foi adquirida pelo Município em 2017 e que seria um espaço multicultural para acolher concertos, espetáculos culturais e desportivos e que continua sem nenhuma utilização. O que fazer com este bem?

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Pedía ao Sr. Presidente para que depois os vários vereadores pudessem, também, darem aqui alguns esclarecimentos.

Das questões que acompanho de mais perto, começava pelas questões que a senhora deputada Carla Oliveira colocou. Efetivamente é um problema que nós reconhecemos, temos uma empresa que faz este tipo de trabalho, é uma empresa que foi contratada pelo período de três anos e este é o último ano de contrato da empresa. Nos dois últimos anos anteriores não tivemos tantas reclamações, nem tantos problemas. Estamos a tentar perceber com a empresa se existiu aqui alguma habituação ao tipo de produtos que estariam a ser usados. Aquilo que vos posso dizer é que o contrato funciona para o ano inteiro, não fazemos só as campanhas em certas alturas, fazemos ações profiláticas, mas também quando temos reclamações ou sabemos de focos efetivos de infestações fazemos, então, reforço.

Efetivamente é verdade, a situação não está como nós gostaríamos e estamos, neste momento, a trabalhar no novo caderno de encargos, porque este concurso termina em fevereiro e vamos, relativamente às condições técnicas, colocar outras questões que, também, têm a ver com o ciclo que os próprios animais têm. Também, terá a ver com a questão, por exemplo, de estarmos hoje, 29 de setembro, com quase 40º célsius, e se calhar tem que ver com aquilo que era o tradicional, uma abordagem diferente e é nisso que os nossos serviços estão a trabalhar. De qualquer maneira se houver situações que depois queira reportar nós iremos tentar fazer esse reforço.

Em relação às questões da E-REDES, foi aqui falado em relação à Baixa, à Freguesia de Gâmbia e um pouco pelo concelho que existem problemas relacionados com a E-REDES, alguns que têm a ver com a simples substituição de uma luminária e outros têm a ver com as infraestruturas, com cabos e outras coisas semelhantes que podem demorar muito mais tempo a resolver.

Costumamos ter reuniões regulares com a E-REDES, é verdade que esta forma de comunicação que a E-REDES tem para com os cidadãos precisa, também, que haja respostas, porque não serve de nada as pessoas irem à plataforma se as respostas não forem eficazes, porque também causa um certo descredito pelo processo. Vamos ter uma reunião com a EDP e vamos transmitir as queixas que foram aqui feitas na Assembleia Municipal.

Em relação à Baixa de Setúbal, há pouco tempo fizemos um reforço de iluminação na Rua Álvaro Castelões, contudo há lá um problema grave com um candeeiro que não temos conseguido resolver. Estas lanternas são diferentes, foram alvo de um retrofiting, foram passadas para leds e algumas delas têm sido difícil esta compatibilização. Portanto, sei dessa situação na Rua Álvaro Castelões, porque os comerciantes já tinham reportado e quanto às outras, vamos, também, fazer chegar.

Relativamente às obras do Centro de Saúde, o vereador vai falar. Em relação à situação dos Bombeiros Sapadores, o que posso dizer neste momento é que fizemos uma reunião, no dia 26 de julho, com a Sra. Ministra da Coesão relativamente à questão que existe entre as contradições que estão na Lei n.º 35/2014, que é a Lei que regula o trabalho em funções públicas, e o Decreto-Lei n.º 106/2002, que é o Decreto que regula o Estatuto Profissional, com alterações em 2018. Estas incongruências levaram a que, por diversas vicissitudes fossem colocadas estas questões a nível do Tribunal e a Câmara tenha sido notificada relativamente à questão do pagamento dos suplementos. Tivemos que agir nesse sentido, mas não ficamos resignados até porque não concordamos com aquilo que fomos notificados e pedimos à Sra. Ministra, à Sra. Secretária da Proteção Civil e ao Sr. Secretário da Administração Local que fosse clarificado esta questão do pagamento, ou não, dos subsídios de turno ou das horas extraordinárias. Nós vivemos o momento em que há Câmaras que pagam e outras que não pagam e os trabalhadores não podem ser tratados de maneira desigual e têm que ser tratados, também, no cumprimento da Lei e tem que haver aqui estas duas condições.

A Sra. Ministra recebeu o Sr. Presidente da Câmara, eu também estava com ele, e concordou connosco no sentido que tinha que ser feito uma alteração cirurgica (palavras da Sra. Ministra) para podermos resolver este problema. Neste momento, a situação é difícil, porque já passaram dois meses e ainda não aconteceu esta iniciativa. Compreendemos que é difícil, talvez, fazer a alteração da Lei, mas apelamos aqui à urgência e à pertinência do assunto, está em causa salários de pessoas, está em causa suplementos de pessoas, está em causa a vida das pessoas, portanto, apelamos a que este problema não seja esquecido, também não vamos deixar que seja esquecido, mas que seja resolvido da forma como a Sra. Ministra indicou, que é uma alteração da Lei, a um artigo em especial, e depois o resto do processo há de ser continuado.

Estamos a falar de um Estatuto de 2002, de uma carreira não revista, uma carreira que está em revisão desde 2008, a par da informática e a par da fiscalização, essas duas no último ano foram revistas e a dos bombeiros ainda não foi, já se passaram 15 anos. Foi feita uma pequena alteração à Lei, que até foi prejudicial, porque aumentou a idade da reforma dos Bombeiros Sapadores. Estamos aqui com uma expectativa grande de que a qualquer momento esse compromisso seja firmado e possamos, de direito, a fazer todos os pagamentos que temos a fazer. Houve aqui uma providência cautelar e por isso estão a ser feitos todos os pagamentos aos trabalhadores, portanto, não foi feito nenhum corte.



Dizer, também, que temos reunido várias vezes com as organizações dos trabalhadores, várias vezes com as chefias e todos temos confiança, neste momento, que a situação há de ser resolvida em benefício dos trabalhadores e daqui não poderemos sair e é por aqui que tem que ser o caminho.

Agora, se a alteração não vier, isto deixa a Câmara de Setúbal e as outras Câmaras que têm Bombeiros Sapadores e podia, também, dizer os outros organismos que, também, têm Bombeiros Sapadores, porque não são só as Câmaras, todos os Sapadores Florestais estão ao abrigo daquele estatuto, diria que há aqui muita coisa em jogo e espero que a situação se resolva o mais rapidamente possível. Isto, também, porque estamos a falar da alteração de um Decreto-Lei, não estamos propriamente a falar da alteração de uma Lei e julgamos que possa ser mais celere esta proposta de alteração.

Quanto à transferência de competências, comungo aqui da opinião da deputada Vanessa Silva, aliás, tivemos reunião da Comissão de Educação na segunda-feira passada, onde dei a conhecer a todos os grupos políticos com assento na Assembleia Municipal a situação relativamente à transferência de competências, as dificuldades que sentimos no processo e também as preocupações a nível do financiamento. Neste momento, já fiz chegar à Comissão o Relatório de 2022, o qual foi aprovado na Comissão de Acompanhamento, já refere um défice perto de um milhão e trezentos mil euros e, neste momento, as nossas contas até agosto, mencionam um milhão e setecentos mil euros.

Isto tem vindo a ser exponencial, este financiamento ou esta ausência ou este escasso financiamento tem a ver com o pessoal, com as refeições escolares e são áreas que temos que ter uma grande preocupação, mas também devemos ter a consciência que a Câmara tem todas as outras competências e que não pode, de maneira nenhuma, ser obrigada a não cumprir com as suas competências na área da educação, porque elas são fundamentais e isto vai trazer prejuízo, de certeza, para alguém. Isto, também, tem que ser corrigido.

Passava aqui a palavra à senhora vereadora Rita Carvalho e depois ao senhor vereador Carlos Rabaçal, porque há aqui a questão da obra do Centro de Saúde e há aqui todas as outras questões.

Vereadora Rita Carvalho – Respondendo muito rapidamente às questões que foram colocadas.

Sobre as rotundas ou as necessidades de encontrar soluções para melhorar a circulação e a velocidade na Estrada Nacional 10, de facto é uma preocupação que tem sido colocada de forma persistente pela Junta de Freguesia há vários anos. A Câmara já desenvolveu um projeto base que enviou ao IP, estamos a falar de um troço que ainda está na jurisdição das Infraestruturas de Portugal, não temos tido resposta, apesar das insistências e por esse motivo foi pedido uma reunião à Administração do IP e também pela rotunda na 379 em Azeitão que, também, é uma preocupação da Junta e das populações. Aguardamos a marcação da reunião para colocar estas questões da necessidade de encontrar ali monitorização que melhorem a fluidez de tráfego, as questões de segurança e de circulação rodoviária.

Sobre o envio dos relatórios trimestrais ou da informação trimestral relativamente ao estacionamento tarifado e do ponto de situação da Herdade da Comenda, de facto, foi um compromisso, já tinha sido referenciado esta questão na Comissão de Urbanismo, está registada e iremos enviar a informação em atraso.

Sobre a ratificação do Plano Diretor Municipal, é uma boa questão, que todos queremos ver respondida. Na semana passada ou há duas semanas tivemos uma reunião com a Secretaria de Estado a pedir ponto da situação e a informação sobre a ratificação. Sabemos que a proposta já foi enviada para Conselho de Ministros, a Secretaria de Estado fez uma questão que foi clarificada à Câmara e ficámos a saber nessa reunião que ainda aguardam uma resposta da APA para levar à submissão ou à apreciação do Conselho de Ministros. Mantemos a perspetiva e o desejo de que seja breve, mas não temos ainda datas ou previsão de agendamento para Conselho de Ministros.

Vereador Carlos Rabaçal – Em relação ao Centro de Saúde de Azeitão, a obra física está pronta, está completa, não falta nada. Havia um problema relacionado com a certificação e o funcionamento do quadro elétrico, também é uma matéria que creio que se resolveu esta semana.

A questão que se coloca agora é que a bola está no lado na ARS no sentido de encontrar os meios e os recursos para pôr o Centro de Saúde realmente a funcionar. No que diz respeito à responsabilidade do Município está feito.

Em relação à Avenida dos Ciprestes, está integrado no empréstimo que está a aguardar o visto do Tribunal de Contas, está num conjunto de obras que irá avançar assim que tiver o visto do Tribunal de Contas. O empréstimo foi aprovado em junho, é natural que as coisas estejam para breve em termos de visto e as obras poderão iniciar-se até ao início do próximo ano ou final deste ano.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas na sequência da intervenção e da resposta da Sra. Vice-Presidente que ao responder à situação dos Bombeiros remeteu-se apenas aos últimos dois meses, mas obviamente como a Sra. Vice-Presidente sabe a situação é muito anterior à questão que colocou relativamente ao subsídio de turno, ela prende-se, também, com processos disciplinares e os processos que estão em tribunal.

Ainda há situações em apreciação, há bombeiros que requerem também a sua progressão na carreira, porque estão a contestar exatamente aquilo que foi realizado anteriormente nos concursos.

A minha pergunta era se, também, em todas essas situações a situação já está sanada, uma vez que os Bombeiros continuam ainda em greve e a greve não se remete a dois meses atrás, mas sim desde o dia 16 de novembro de 2022. Prendia-se mais com este motivo.

Fiz uma pergunta, não sei se é passível de responder.

Vice-Presidente da Câmara – Só quero reforçar o que disse no fim, que temos tido várias reuniões com as organizações representativas dos Bombeiros, temos tido um diálogo muito forte nestes últimos meses e estamos, julgo eu, todas as partes no bom caminho para resolver as questões que estão pendentes dos Bombeiros. Não vou agora estar aqui a dizer que é esta ou que é que aquela, porque serão todas aquelas que nos preocupam a nós e que preocupam os trabalhadores, com certeza.

1. Recomendação “Realização da Cerimónia Oficial do 25 de Novembro” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões dois deputados municipais da CDU.

Não havendo intervenções, foi a recomendação reprovada por maioria e em minuta, com 26 votos contra, 15 da CDU, 10 do PS e 1 do PAN, 7 abstenções, 6 do PPD/PSD e 1 do BE, e 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Socialista votou contra esta moção e votará contra todas as moções, independentemente do partido que as apresentar, que retire e minore qualquer importância do 25 de Abril. Retirar importância ao 25 de Abril, dando maior dinamização ao 25 de Novembro que, aliás, é contrário àquilo que os próprios autores das 25 personagens do 25 de Novembro também o quiseram fazer na altura, é estar contra o 25 de Abril ou é não compreender que o 25 de Abril foi absolutamente transversal na sociedade, não foi da extrema-esquerda, foi a de todos os partidos democratas e que deve ser esse o nosso tom. Aliás, no momento em que estamos a caminhar para os 50 anos do 25 de Abril é esse momento histórico e indelével para Portugal que deve ser valorizado e que une os portugueses.”*

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Reconhecendo as alterações feitas no documento aqui em análise, após o mesmo já ter sido apresentado anteriormente de forma similar, continuamos a discordar das intenções subjacentes ao texto quanto à condenação específica de uma suposta extrema-esquerda. Sendo extrema-esquerda ou direita, uma ditadura é isso mesmo, uma ditadura, e não poderemos como tal alinhar com este tipo de discurso, por este motivo o PAN absteve-se nesta moção.”*

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou favoravelmente esta recomendação, pois reconhece que estas duas datas 25 de Abril e 25 de Novembro são complementares no processo de democratização de Portugal. O 25 de Novembro foi, de facto, um marco importante na consolidação da democracia em Portugal, garantindo que o processo revolucionário não deslizesse para uma ditadura de extrema-esquerda e foi após o 25 de Novembro que a situação política em Portugal estabilizou, abrindo caminhos para aprovação da Constituição de 1976 e a realização de eleições democráticas.”*

Afonso Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra esta recomendação, porque entendemos que equiparar o 25 de Novembro ao 25 de Abril é no mínimo bizarro e também não concordamos com muitas das referências feitas àquele período complexo que teve o ponto mais alto em 25 de Novembro de 75.*

Abril de 74 foi sofrendo vários golpes com a finalidade de regressarmos ao passado com evidência para as datas de 28 de Setembro de 74, 11 de Março de 75 e depois também a 25 de Novembro de 75, o que entendemos que deve ser feito e que deve ser entendido é que a democracia, o pluralismo e liberdade não começaram com o 25 de Novembro, pelo contrário, o pluralismo, a democracia e a liberdade resistiram em Portugal, apesar do 28 de Setembro, do 11 de Março e do 25 de Novembro.”

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Ninguém aqui desconhece a importância dos eventos ocorridos em 25 de Novembro de 75, de importância maior para a consolidação da democracia parlamentar em Portugal, no entanto, a sua importância não se confunde com a data do 25 de Abril de 74, pelo que a proposta de comemoração nestes termos é extemporânea e não a podemos acompanhar.”*

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Era para ressaltar que não desvalorizamos o 25 de Abril, pelo contrário, damos valor ao que foi o 25 de Abril, mas também temos que dar valor ao que foi o 25 de Novembro.”*

Vanessa Silva (CDU) – Senhor Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente da Mesa – O deputado está a fazer uma declaração de voto, está a fazer as suas considerações para a declaração de voto, como os outros fizeram.

Vanessa Silva (CDU) – Numa anterior reunião o Sr. Presidente colocou que o entendimento da Mesa era que não havia declarações de voto quando se vota a favor. Nessa mesma reunião a CDU teve de se abster de fazer as declarações de voto que normalmente faz quando...

Luís Maurício (CH) – Isso não é verdade!

Vanessa Silva (CDU) – É verdade é. Hoje já admitiu uma declaração de voto em sentido favorável e agora esta é uma intervenção.

Presidente da Mesa – Ó senhora deputada, disse isso sim e fiz essa referência e chamei a atenção de que uma declaração de voto, em rigor, começa por ser uma declaração de voto vencido.

A prática que sempre temos seguido na Assembleia não tem sido essa e chamei à atenção para que se evitem de se fazerem essas declarações de apoio e se fazer declarações de voto vencido.

Depois desse meu reparo, continuaram-se a fazer intervenções daqueles que apresentam e votam a favor, isso não está, de facto, expresso no regimento taxativamente, mas o entendimento é que quando apresentamos uma moção, defendemo-la, ou uma posição defendemo-la e isso não justifica que no final se vá fazer uma declaração de voto repetindo aquilo que foi o conteúdo da moção ou da posição que apresentámos.

Se na Comissão Permanente se entender que deve haver voto de vencido e não voto de apoio, declarações de voto de apoio, é assim que se passará a fazer. Reconheço que podemos clarificar melhor.

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente quero fazer uma interpelação à Mesa sobre este assunto. Declaração de voto vencido, neste caso isto não foi aprovado, o voto de vencido é de quem votou a favor, portanto não estou a perceber, foi feita uma declaração pela bancada da CDU, não temos nada contra, estamos a favor, foi feita uma intervenção pela bancada do PS, isto é liberdade de expressão. Agora dizer quem teve um voto de vencido não pode falar, acho que isto não faz sentido.

Presidente da Mesa – O senhor deputado tem razão, afinal de contas o senhor deputado estando a voltar a fazer uma intervenção a favor da moção que propôs e foi vencida está, de facto, a fazer uma declaração de voto vencido. Perdeu a votação e quem perdeu a votação faz uma declaração de voto vencido, não pode fazer uma declaração de voto vencedor.

Já não sei se tem razão, se não tem razão, também confesso, agora apresentou a proposta, foi vencido, está a fazer a sua declaração de voto. Termine lá a sua declaração de voto, se faz favor, depois clarificamos na Comissão Permanente.

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não somos nada contra o 25 de Abril, reconhecemos a importância que o 25 de Abril teve, mas também reconhecemos a importância que o 25 de Novembro teve. Felizmente a história está a começar a mostrar a verdadeira história e isso incomoda muito o Partido Comunista sobre as reuniões que o Álvaro Cunhal teve e outras situações.*

Sei que incomoda muito, a verdade está a vir ao de cima, os papeis estão a ser demonstrados e está a ser demonstrado o que foi o 25 de Novembro, mas a verdade vai vir, mais dia menos dia, outras forças políticas vão ter no Governo, mas a verdade vem ao de cima e não vão poder esconder para sempre. Por isso, Sr. Presidente, aceitamos o voto desta assembleia.”

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos contra, porque o CHEGA trouxe a esta Assembleia mais uma tentativa de valorização do 25 de Novembro com algumas notas que procuram confundir os mais distraídos, recorrendo aos mesmos slogans sempre sobre essa data.*

Ao colocar no mesmo patamar, o 25 de Novembro com a data do 25 de Abril, que libertou o povo português do jugo de uma ditadura fascista de 48 anos, é tentar recuperar os velhos dogmas de uma direita e extrema-direita que não se sentiu e ainda hoje não se sente confortável com a democracia e com os avanços económicos e sociais que Abril deu à sociedade portuguesa.”

Presidente da Mesa – E tendo o senhor deputado Vítor Rosa votado, maioritariamente, contra aquela moção, foi uma votação maioritária, fez uma votação de vencido ou vencedor?

Simão Calixto (CDU) – Para uma interpelação à Mesa, acho que esta discussão merece ser discutida novamente em Comissão Permanente para que fiquemos todos acertados pelo mesmo diapasão, acho que já tentámos fazer isto uma vez, claramente que não resultou, portanto, acho que devemos ter uma nova discussão sobre isto na Comissão Permanente para que os trabalhos da Assembleia possam continuar.

Presidente da Mesa – Completamente de acordo, definir o que é voto de vencido.

Já agora apelo, também, a um compromisso antecipado em relação àquilo que se concluir, seja em que sentido for, na Comissão Permanente e passa a ser regra que passamos a adotar, vamos esclarecer isso.

2. Recomendação “Recenseamento de cães, gatos e furões no Município de Setúbal” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Isabel Conde (PSD) – Concordamos, o PSD concorda com o conceito, com o enquadramento legal, no entanto, relativamente à questão da gratuidade gostaríamos de colocar a questão à senhora deputada, se a gratuidade poderia ser apenas para quem necessita. Se houver aqui alguma ponderação, alguma alteração, há a hipótese de acompanharmos o texto da recomendação.

Luís Maurício (CH) – Vamos acompanhar a proposta apresentada pela deputada municipal Mariana Crespo, pela importância do tema sobre o abandono animal. Hoje em dia ter uma animal de estimação tem um enorme custo e com a proposta do PAN e a implementação do chip torna menos dispendioso para as pessoas por vários fatores, a nível do roubo e a nível de sabermos o número de animais. Acompanhamos a proposta da deputada Mariana Crespo.

Simão Calixto (CDU) – A CDU não tem condições para acompanhar esta moção, no sentido em que o município, naturalmente, não dispõe de meios humanos para a realização deste censo aos animais e que estaríamos, também, de certa forma a substituir-nos às obrigações de detentores de animais de companhia e a assumir cargos para os quais nem sequer há estimativas de custos. Isto em relação à gratuidade da identificação eletrónica.

Em relação às campanhas de sensibilização, naturalmente, o município tem-nas feito, vai continuar a fazer e a ideia é que também se mantenha que os animais do CROAC sejam adotados já esterilizados e registados e a partir daí é esse o apoio que o município pretende continuar a dar.

Vítor Rosa (BE) – Deixar uma proposta à proponente, que é a votação ponto por ponto das deliberações, dado que a questão da gratuidade também se coloca.

Mariana Crespo (PAN) – Fazer aqui um esclarecimento, não coloquei estes valores no documento, mas, naturalmente, acho que é importante esclarecer.

Neste momento o CROAC já faz os serviços de identificação eletrónica, sendo que não sei se haverá alguma atualização para 2024, mas pela informação que verifiquei, em 2023, este valor cobrado aos munícipes era de 15,90€ ou 15,99€, ou seja, estamos a falar de um valor bastante reduzido que é cobrado aos munícipes atualmente.

Não sendo cobrado este valor, o custo real de um chip ronda os 3/4€ e, eventualmente, que aqui o Executivo terá outras condições de aquisição, talvez um pouco mais económicas, ao qual acresce apenas uma taxa de 2,50€ no registo na base de dados.

Estamos a falar, realisticamente, de valores bastante irrisórios, consideramos nós, dentro daquilo que é um orçamento de um Executivo, contudo, podemos perfeitamente pedirmos de uma maneira geral, mas estamos naturalmente disponíveis, se assim considerar, pôr aqui algum limite, eventualmente, de acordo com os rendimentos das pessoas. Para nós é mais importante o princípio do que algo mais.

Não me oponho à votação ponto a ponto.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal entende a preocupação evidenciada no que tem já necessidade de melhorar os sistemas de identificação e registo de animais de companhia no nosso município, a identificação adequada de animais de companhia é, sem dúvida, uma ferramenta importante para combater o abandono, garantir o bem-estar destes seres que tanto enriquecem a vida de muitas pessoas, contudo vivemos atualmente num período em que muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras, em grande parte resultante de aumentos de taxas de juro e da inflação.

Neste contexto, temos reservas quanto à proposta de um município arcar com os custos da identificação eletrónica de todos os animais de companhia do concelho.

Neste momento, estamos convictos que existem outras prioridades urgentes que merecem a atenção e o investimento do município, por estas razões vemo-nos na posição de nos abstermos na votação da mesma, não representa uma oposição à melhoria das condições dos animais no nosso município, mas sim, uma opção política que visa assegurar a prudência e responsabilidade em tempos difíceis.

Ponto 1: Aprovado por maioria, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

Ponto 2: Reprovado por maioria, com 19 votos contra, 17 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, 6 abstenções do PPD/PSD e 13 votos a favor, 10 do PS, 2 do CH e 1 do PAN.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada, na sua globalidade, por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 17 votos contra da CDU e uma abstenção do BE.

Simão Calixto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra esta moção por considerar que no seu único ponto que ficou, portanto, o 1º ponto, a câmara e o município já se encontra a fazer essas campanhas de sensibilização e em relação à gratuidade da identificação eletrónica não consideramos que seja um custo que o município deva suportar neste momento.”*

3. Recomendação “Pela melhoria da Segurança Rodoviária no concelho de Setúbal” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Só para dizer que partilhamos a preocupação do PS, no entanto, no município é um trabalho que se faz diariamente e se andarmos pela cidade vemos várias a serem reabilitadas todos os dias e regularmente, por isso iremo-nos abster nesta moção.

Francisco Cabral (PSD) – No fundo, o PSD acompanha aquilo que é a base desta recomendação, apenas na deliberação reforçar a existência da execução do Plano Municipal de Segurança Rodoviária que tem sido uma luta contínua e bastante antiga do companheiro e deputado municipal Costa Ferreira. Também, em relação à 2ª deliberação, lembrar que o PSD ainda há poucos meses apresentou aqui uma recomendação aprovada por unanimidade que ia no sentido da reabilitação das passadeiras, essas sim mais focadas naquilo que são as ciclovias.

Mariana Crespo (PAN) – Na realidade é mais uma dúvida e um pedido de esclarecimento do que propriamente uma intervenção.

Nós iremos acompanhar esta recomendação, porque naturalmente está de acordo com os pressupostos e conteúdos. Gostava de questionar o Executivo, visto que já foi referido aqui pela bancada do PSD e pela própria CDU que estão em curso ações relativamente à manutenção das passadeiras, qual é exatamente o ponto de situação dessa ação, nomeadamente se aquilo que estava previsto já foi concluído, se há mais previsto para conclusão.

Depois, questionar a bancada do PS, se identificou alguns locais como mais críticos ou se se trata aqui de uma recomendação mais de âmbito geral.

Vereadora Rita Carvalho – Dar ponto de situação sobre aquilo que é a prática e o procedimento relativamente à manutenção das passadeiras. Anualmente é feito um procedimento de pintura ou repintura de novas passadeiras, está em curso a repintura de cerca de 350 a 400 passadeiras. No ano passado foi

reforçada a pintura, sobretudo, na envolvente das escolas e para o ano de 2024 está em curso o procedimento para pintura de mais de 350 passadeiras.

O que tem acontecido nos últimos anos e que se tem verificado de uma forma mais evidente no último ano é que, efetivamente, as passadeiras ficam sujas num tempo muito curto, o que tem a ver, obviamente, com utilização e com a falta de chuva.

Isto já foi explicado aqui e já foi falado por diversas vezes, que não chovendo a gordura dos automóveis, a gordura da atmosfera e dos próprios pneus acaba por ficar agarrado à passadeira e elas ficam menos visíveis. Por essa razão foi iniciado uma contratação de serviços de lavagens de passadeiras, porque nós não conseguíamos com os recursos instalados garantir a lavagem em tempo útil e julgo que daqui a um mês estará em condições de se proceder a essa lavagem.

Para além disto, aprovámos um empréstimo de 500 mil euros para a construção de novas passadeiras e redutores de velocidade, que não tem a ver com pinturas e condições de melhoria de circulação rodoviária, e julgo que está em curso, também, o procedimento para se dar início à execução destas novas intervenções.

Elisabete Cavaleiro (PS) – Tentando aqui responder à questão colocada pela senhora deputada municipal do PAN, efetivamente não fizemos esse mapeamento, porque o mapeamento está visível aos olhos de todos, portanto, desde o início de qualquer área do concelho as passadeiras não estão em condições e há muito que revelam o seu estado de degradação e, muitas das vezes, tão pouco temos a perceção, enquanto automobilistas, que ali existiu uma passadeira.

Dizer também, já agora, em relação à pintura junto às escolas, de facto, não sei que material é que possa ter sido usado e que foi contemplado nesses 500 mil euros, que foram, pelo menos segundo consta a deliberação 3265/2022, para a reabilitação de passadeiras e creio que a senhora vereadora se deve ter enganado, e não para a sua construção, creio que foi essa a expressão que usou.

Não sei que material é que foi usado, porque efetivamente as passadeiras junto ao perímetro da escola estão em muito mau estado.

Volto a reforçar aquilo que a recomendação do Partido Socialista faz hoje que é, está em causa a segurança dos jovens que atravessam todos os dias essas passadeiras, está em causa a segurança de todos os setubalenses e de todos os munícipes que usam a via pública para fazer a travessia. Como a nossa recomendação explana, somos o segundo concelho do país com mais acidentes e devíamos de ter alguma preocupação com isto e ter outro olhar, até porque o dinheiro parece que já está nos cofres da Câmara, portanto, é só reparar o existente.

Simão Calixto (CDU) – A bancada do PS não deve ter ouvido bem a intervenção da senhora vereadora, se calhar, era melhor pedir-se à senhora vereadora que pudesse repetir para que fique tudo claro.

Efetivamente aprovou-se aqui um empréstimo para investimento e requalificação das passadeiras que está em curso, a pintura é outra coisa que também está em curso, mas, se calhar, era melhor mesmo era a senhora vereadora intervir e explicar melhor.

Vereadora Rita Carvalho – Então vou explicar com mais calma. A Câmara garante no seu orçamento uma verba anual para a pintura e repintura de novas passadeiras, no ano passado foi feita uma ação de pintura de 350 passadeiras, sobretudo, na envolvente dos equipamentos escolares. Para além disto, há uma verba que é aplicada à lavagem das passadeiras, porque efetivamente nos últimos anos com a falta de chuva há uma necessidade de um trabalho de lavagem de passadeiras.

Aprovou esta Assembleia um empréstimo para construção, remodelação, reabilitação de novas passadeiras. Não é a pintura, o que é uma confusão que se tem criado à volta desta situação, não é pintura, é reabilitação das existentes, eventualmente, criação de novas soluções, portanto, será construção de novas passadeiras e redutores de velocidade que melhorem e garantem a circulação rodoviária e pedonal de todos os utilizadores das faixas de rodagem e dos passeios.

Eduardo Pinto (PSD) – Quanto a este tema só tenho a dizer uma coisa, está patente aqui neste momento que temos uma deficiência orçamental, ou seja, as passadeiras não estão todas pintadas, não estão porque como a senhora vereadora referiu, tem uma dotação orçamental para pintar umas e lavar outras, portanto, temos uma deficiência orçamental.

Para o próximo orçamento era boa ideia que se fizesse uma dotação superior de forma a acabarem aqui as reclamações das pinturas das passadeiras, ou seja, se o orçamento fosse de acordo com alguns partidos, inclusivamente o nosso, se calhar, havia mais dinheiro para as passadeiras e menos dinheiro para outras coisas que serão supérfluas e não estaríamos aqui com esta conversa.

Afonso Luz (CDU) – De facto, não compreendo e não sei se as pessoas têm em conta o número de passadeiras que existe no concelho. Estar a pintar anualmente, como parece que agora aqui foi recomendado, assim que estiverem pintadas umas, outras começam a deteriorar-se e é impensável andarmos a pintar permanentemente todas as passadeiras.

O que se tem feito, de facto, é ir pintando com este doseamento que a senhora vereadora referiu, na ordem dos 350 ou 400 por ano e ir rodando, para além daquelas onde existem maiores dificuldades e até maior passagens de peões que, de facto, estão a ser alteradas, requalificadas com redutores de velocidade, como se pode constatar ali junto à estação dos CTT, que é um caso desses e não tem a ver com uma simples pintura, mas com uma maior intervenção.

Parece-me que não devemos cair nesta tentação de andarmos permanentemente a pintar as mesmas passadeiras.

Elisabete Cavaleiro (PS) – Só para finalizar o raciocínio anterior, as passadeiras não estão visíveis de facto e o senhor deputado Simão Calixto, se quiser, podemos os dois fazer uma ronda.

Em relação a ser necessário a pintura, creio que não haja necessidade de haver uma pintura anual se o material for apropriado. Há passadeiras mais antigas que estão visíveis e parece que o material aplicado às passadeiras colocadas recentemente desapareceu de um dia para o outro, mas o facto é que as passadeiras não estão visíveis e podemos fazer esse exercício os dois.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 abstenções da CDU.

4. **Requerimento “Reforço da Segurança em Setúbal” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Maurício (CH) – Só para dizer que vamos retirar a nossa moção e vamos incluí-la na moção da IL, na qual vai haver um ponto que se irá acrescentar, onde vamos solicitar uma avaliação ao Conselho Municipal de Segurança de um parecer e sua justificação de videovigilância em locais de elevada ocorrência de crimes.

Não queríamos passar por cima do Conselho Municipal de Segurança e com isso a IL vai acrescentar um ponto em que vai solicitar uma avaliação ao Conselho Municipal de Segurança para dar um parecer sobre a justificação de videovigilância em locais de elevada ocorrência de crimes.

Carla Oliveira (CH) – Só para reforçar que as duas eram semelhantes, dizem respeito à videovigilância, a da IL está mais completa, porque abrange não só a videovigilância e porque chegámos à conclusão, como o deputado Luís Maurício já aqui explicou, que acrescentando então esta frase ficará mais completa e não há necessidade de irmos a votação com aquela que o CHEGA tinha proposto inicialmente e, portanto, retiramos.

Presidente da Mesa – Condicionalmente está retirada, falta-me saber agora se o autor da moção quer acrescentar esse tal ponto.

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente já tínhamos falado aqui que iríamos incluir um ponto que diz: *“Recomendar ao Executivo que solicite uma avaliação ao Conselho Municipal de Segurança de um parecer sobre a justificação de videovigilância em locais de elevada ocorrência de crimes.”*, que seria o ponto 7.

Presidente da Mesa – Creio que o sentido geral está apanhado, se for o vencedor nesta proposta vai fazer o favor de entregar essa redação que acabou de ler aos serviços para acrescentar-se o ponto 7.

Vítor Rosa (BE) – Era para fazer uma proposta ao proponente desta recomendação, no sentido de que fosse votada ponto a ponto.

Flávio Lança (IL) – Não nos opomos.

Luís Leitão (CDU) – Em primeiro lugar, isto é, um requerimento ou uma recomendação? Porque ela baralha-se, primeiro está requerimento e depois passa a recomendação, depois o título é requerimento, mas tem mais recomendações do que requerimento e acho que há aqui uma confusão, inclusivamente, naquilo que é apresentado.

Presidente da Mesa – A culpa é minha em parte, porque eu disse aos serviços e cheguei a falar nisso para se devolver ou questionar o proponente para saber se queria fazer uma recomendação ou um requerimento, porque para os requerimentos temos um formulário próprio e num requerimento pede-se que seja feita qualquer coisa ou que nos deem uma informação, numa recomendação dizemos aquilo que queremos que façam. Não sei se houve contacto nesse sentido, mas o senhor deputado dirá se isto é um requerimento ou se é uma recomendação.

Flávio Lança (IL) – Senhor Presidente, este requerimento/recomendação tem efetivamente as duas coisas, nós requeremos algumas situações ao Executivo e recomendamos outras ao Executivo. Se fizer muita confusão, podemos pôr requerimento/recomendação, se não for possível, podemos dividir o que é recomendações para um lado e requerimentos para outro. A nossa proposta é melhorar Setúbal e, de alguma maneira, avançar com este documento.

Presidente da Mesa – Não está em causa as intenções, todos queremos o melhor para Setúbal, mas cada um fala por si.

Mariana Crespo (PAN) – É só uma sugestão aos proponentes e julgo que o assunto já está a ficar aqui um bocadinho confuso e já ficámos com dúvidas, afinal qual é o texto final? Propunha que o documento descesse à Comissão ou ser retirado e reapresentado já com a sua forma final.

Simão Calixto (CDU) – Os requerimentos não precisam de ser aprovados, era por isso que estávamos com essa dúvida, mas se a IL quiser requerer, reque e está feito, por outro lado se ela descer à Comissão também não nos opomos.

Flávio Lança (IL) – Quando um partido quer fazer um requerimento de forma isolada faz, quando um partido quer que a Assembleia faça um requerimento vem aqui, é esse o meu entendimento, não sei se há outro entendimento diferente.

Presidente da Mesa – Há outro entendimento diferente, a Assembleia não faz requerimentos perante o Executivo, a Assembleia é o órgão deliberativo que não requer a um órgão Executivo que tem competências próprias, ambos têm competências próprias, portanto, a figura do requerimento corresponde a um direito potestativo, quer dizer que depende da vontade da pessoa, tem esse direito ou julga que tem esse direito e então requer que lhe seja informado ou que seja feita alguma coisa.

Uma recomendação é ao contrário, é uma manifestação de vontade de que uma ou outra entidade faça alguma coisa. São coisas que funcionam em sentido contrário.

Não temos uma definição expressa no regimento, mas eu tenho feito um mapa com a definição daquilo que é a moção, o requerimento, a recomendação, a pergunta ao Executivo, cada coisa tem a sua finalidade e a sua forma, portanto, não podemos, de facto, misturar.

Julgo que se remetermos este assunto à Comissão, podemos separar aquilo que é a recomendação e aquilo que são os requerimentos. A matéria tem interesse, é uma matéria importante e se for analisada na Comissão de Urbanismo e Mobilidade pode-se separar o que é uma recomendação que sai da Assembleia ao Executivo, tem essa competência, e aquilo que é o requerimento que qualquer força política ou qualquer deputado municipal pode fazer ao Executivo.

Se estiver de acordo com esta sugestão de baixar à Comissão, talvez resolvêssemos melhor por aí.

Flávio Lança (IL) – Não estou de acordo de baixar à Comissão, estou na disposição de mudar o nome de requerimento para recomendação e retirar o ponto 1 e o ponto 2, que diz requerer e farei, pessoalmente, o requerimento ao Executivo.

Presidente da Mesa – Em relação aos pontos 1 e 2 está no seu direito, onde diz requerer faz já esse requerimento. Além de acrescentar o ponto 7, retira os pontos 1 e 2 e é assim que ela vai a votação, certo?

Flávio Lança (IL) – Correto.

Presidente da Mesa – Muito bem, então o título também será recomendação.

Como a discussão já vai um pouco afastada do momento em que leu e há muitas preciosidades, agradecia que lesse lentamente a redação que há pouco mencionou para o ponto 7, para ver se conseguimos anotar.

Flávio Lança (IL) – O ponto seria: *“Recomendar ao Executivo que solicite uma avaliação ao Conselho Municipal de Segurança de um parecer sobre a justificação de videovigilância em locais de elevada ocorrência de crimes.”*

Presidente da Mesa – Um parecer sobre a pertinência dessa videovigilância. Creio que está entendido e podemos passar a votar sem os pontos 1 e 2 de requerimentos e só com as recomendações que anteriormente eram os pontos 3, 4, 5, 6 e agora o 7.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões uma deputada do PS.

Não havendo mais intervenções, foi o requerimento reprovado com o voto de desempate do Sr. Presidente da Mesa, por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 3 abstenções, 2 do PPD/PSD e 1 do BE, e 17 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Francisco Cabral (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Justificar aquilo que foi o meu voto nesta recomendação. CHEGA e IL, enfim, um casamento um pouco estranho, mas justificar a abstenção, no fundo, acredito que a vigilância em certos locais públicos poderá contribuir para a diminuição de alguns atos ilícitos, mas não vislumbro que no caso de Setúbal isso se aplique, constatando-se como uma grave violação dos direitos individuais dos setubalenses.”*

5. Recomendação “Acessibilidade Vertical” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Senhor Presidente, um esclarecimento, esta moção não é a mesma que desceu à Comissão, creio eu, apesar do tema ser o mesmo não é a mesma moção, porque o texto está diferente.

Presidente da Mesa – A acessibilidade vertical desceu à Comissão.

Simão Calixto (CDU) – Mas esta moção que nos foi entregue está diferente, não é a mesma moção que desceu há umas sessões anteriores. É só um pedido de esclarecimento.

Presidente da Mesa – Esta moção já é a que vem da Comissão.

Ilídio Ferreira (PS) – A alteração vem na sequência das recomendações e da discussão tida na própria Comissão, porque houve membros que sugeriram um acrescento, digamos assim, de informação no sentido de valorizar mais a proposta.

A Comissão quando aprovou a proposta de recomendação sabia que iam ser introduzidas essas alterações, que de resto circulou entre os membros e houve acordo.

Vou ler o parecer: *“A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor do PS, PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL e a abstenção da CDU.”*

Luís Maurício (CH) – Questionar ainda relativamente à proposta “Reforço da Segurança em Setúbal”, não foi falado para se discutir ponto por ponto e só depois na globalidade?

Presidente da Mesa – Houve alterações que foram feitas na discussão, a sua foi integrada naquela, foi votada e acabou por ser rejeitada.

Vamos à “Acessibilidade Vertical”, agora temos um texto que resulta, é para isso que servem os trabalhos na Comissão, do entendimento que foi apurado na Comissão e é com essa redação que ela aqui é apresentada.

Afonso Luz (CDU) – Nesta recomendação, uma vez que ela não tem em consideração a situação económica dos proprietários e estabelece um critério de igualdade entre soluções técnicas profundamente distintas e com custos diferentes, nomeadamente a questão do elevador e da cadeira elevatória, que são coisas muito diferentes, não são exatamente o mesmo, nós iremos votar contra.

Flávio Lança (IL) – São dois pontos, o 1º é que há aqui 3 grialhas ortográficas na recomendação, no 2º parágrafo onde diz *“os edifícios não dispões”* é *“dispõem”* e logo a seguir *“tais como exemplo”* é *“tais como por exemplo”*.

No parágrafo seguinte, na 2ª linha, *“se moverem ou deslocarem-se”*, tirava o *“se”*, porque não faz sentido já tem um *“se”* antes e ficava *“se moverem e deslocarem”*.

O segundo tema tem a ver com este comentário que acabei de ouvir e não me parece que pessoas que vivam em casas que não têm elevador, que sejam pessoas de rendimentos altamente elevados para não poderem beneficiar do IMI.

Afonso Luz (CDU) – Perante este último comentário, o que está aqui em causa não é só para proprietários de edifícios, estamos a falar de senhorios, estamos aqui a tratar de assuntos que extravasa muito o condomínio, enfim, com toda a gente proprietária do seu imóvel e, por isso, mantemos esta votação contra.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, entendemos que tem um bom princípio, mas também entendemos que deve-se continuar a aprofundar, porque existem aqui algumas questões que devem seguir um caminho para que haja uma equidade social e que não seja genérica para todos. Por exemplo, não é possível para quem compra uma casa há um ano sem elevador, depois venha logo imediatamente pedir para ter uma isenção para pôr o elevador. É apenas um exemplo.*

Há um caminho a fazer nesta recomendação e esperamos que o Executivo possa desenvolver e apresentar depois na Assembleia uma proposta que vise esse sentido.”

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Grupo de Trabalho para implementação urgente de videovigilância” (CH) – RETIRADA a pedido do proponente.**
2. **Moção “Vamos sorrir com o Diogo” (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – Utilizando aqui também o início da moção, provavelmente muitos de nós conhecemos situações de vida como a do Diogo, pungentes e urgentes, merecedoras de toda a solidariedade de cada um de nós enquanto cidadãos e sociedade. Apesar de toda a sensibilidade sobre a temática, iremo-nos abster, porque considerámos que não deverá ser a Assembleia e o Executivo Municipal que deva distinguir os apoios aos Diogos, aos Marcos e a outros tantos.

Maria João Palma (PS) – Relativamente a esta moção, o Partido Socialista gostaria que ela tivesse sido apresentada de forma universal e daí a nossa proposta para que baixe à Comissão para que seja retificada e que venha aqui à Assembleia como uma proposta ou como uma recomendação, para que se criem realmente alternativas e estruturas, uma plataforma, quem sabe, de apoio aos Diogos, às Marias, aos Antónios e a outras situações que existem de concidadãos nossos.

Vanessa Silva (CDU) – A intervenção da CDU vai no sentido das duas anteriores intervenções, é evidente que nos solidarizamos com a situação que aqui é descrita e com o sentido que aqui é colocado de preocupação e generosa solidariedade, no entanto, como já aqui foi referido, é de lamentar que não existam políticas públicas que garantam ao conjunto das crianças e dos cidadãos que têm este tipo de necessidade, o adequado acompanhamento.

Se o CHEGA acolher a proposta do PS, de baixar à Comissão, estamos de acordo trabalhar sobre esta moção para a tornar algo mais genérico e que acolha a preocupação com todos, se não, iremos, naturalmente, abster-nos não por não estarmos solidários com a situação, mas porque, infelizmente, conhecemos muitas que também têm este tipo de necessidade.

Mariana Crespo (PAN) – Gostaríamos, também, de apresentar aqui o pedido aos promotores da moção para a fazer descer à Comissão para melhorias.

Flávio Lança (IL) – Vamos no mesmo sentido de solicitar que esta moção baixe à Comissão, até porque temos aqui algumas preocupações com o tema da privacidade do Diogo e dos pais, não há evidência aqui nesta moção que tenham autorizado vir aqui à Assembleia.



Carla Oliveira (CH) – Em relação à moção, “Vamos sorrir com o Diogo”, os pais estão informados e agradecidos, sobretudo, porque esta moção já foi aprovada por unanimidade numa das freguesias do nosso concelho e nessa aprovação consta, também, que essa Junta de Freguesia traga o auxílio necessário ou o requerimento desse auxílio necessário ao Diogo.

Obviamente, o partido CHEGA está solidário, não só com o Diogo, mas com todos os outros meninos que precisam de cuidados especiais e de educação especial como, também, uma mãe esteve aqui esta noite em defesa da sua filha e dos seus direitos. O CHEGA não vê nada em contrário em que baixe à Comissão e que se procure, de acordo com as necessidades do Diogo e de outros meninos, e que nós, enquanto políticos e autarcas, poderemos contribuir com soluções, como disse ainda há pouco um deputado de outra bancada, portanto, vemos isso com muito bons olhos.

Presidente da Mesa – Há aqui uma modificação que é assumida pelos próprios autores de remeter para análise na Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

Vanessa Silva (CDU) – É só uma sugestão de trabalho, sugerimos que a Comissão Permanente, também, pudesse analisar este tipo de apresentação de moções assim mais personalizadas e trocarem algumas impressões entre as diferentes forças políticas sobre qual deve ser, no fundo, o nosso sentido mais global que foi agora apurado para esta situação, mas que era útil que tivéssemos alguma reflexão entre todas as forças políticas.

Depois só chamar a atenção para uma questão, não foi a moção que foi aprovada na União de Freguesias de Setúbal, foi transformada num voto de solidariedade, portanto, sofreu também alterações exatamente pelos mesmos argumentos que aqui se propôs ir à Comissão.

Presidente da Mesa – Esta sugestão que acaba de ser feita vai no sentido de conhecermos ou por formação ou por aprendizagem prática algumas regras em política, uma delas que não é uma questão formal, não podemos tomar decisões personalizadas a uma determinada pessoa, dizemos, às vezes, a uma expressão nos jornais “isto é um ataque à nomeiee” a uma determinada pessoa. Isto é assim para o mal e para o bem, porque temos de obedecer ao princípio da igualdade, para todos, portanto, as decisões políticas referem-se a categorias de situações, a categorias de pessoas e quando terminamos um benefício para “A” é para “A” e para todos os que estão na condição de “A”, porque senão ele não é legítimo, há uma inconstitucionalidade por ferir o princípio da igualdade.

Solidariedade sim! Pode-se manifestar solidariedade a uma pessoa que está numa determinada situação, mas para arranjar soluções, elas não devem ser pessoalizadas e devem ser por uma categoria. É bom que se discuta na Comissão, é bom que a Comissão Permanente, também, procure dar uma orientação ao conteúdo deste tipo de propostas, mas decorre, em regra geral, do funcionamento dos órgãos.

Há várias sentenças, acórdãos nos tribunais superiores e no Tribunal Constitucional sobre esta questão. Quando não temos numa autarquia um regulamento que preveja a situação, estamos a aplicar situações pessoa a pessoa e isso é discriminatório em relação aos outros que estão na mesma situação ou alguns piores. Há que ter isto em atenção, porque não deixamos de ser solidários, não deixamos de querer resolver, mas temos de resolver por grupo, por categoria para que todos os que estão na situação.

Justifica-se esta discussão e poria à consideração da Assembleia esta recomendação que acaba por ser feita pelos autores, também, de baixar à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

Não havendo mais intervenções, foi aprovado por unanimidade e em minuta, para a moção baixar à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais.

3. Moção “Uma casa para viver” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Joana Tomé (CDU) – Apesar de redigida em nome do Bloco de Esquerda e de uma caracterização da situação da habitação no distrito de Setúbal que nos parece superficial, acompanhamos o sentido geral da moção.

Manuel Fernandes (PS) – Esta moção é nos apresentada por um partido que foi subscritor em paralelo com o Partido Socialista da Lei de Bases da Habitação, acontece depois que houve caminhos diferentes que se seguiram. O Partido Socialista continuou a dar sequência à Lei de Bases, através de programas específicos, nomeadamente o “Mais Habitação” e a nova geração de políticas de habitação e o Bloco de Esquerda apresenta-nos aqui, aliás como diz a moção, que é o diagnóstico com o qual nós subscrevemos, “*a resposta a esta emergência é a luta em todos os lugares*”. A matéria deliberativa vai também nesse sentido, que é saudar as iniciativas, aliás, penso que não tem qualquer frisson relativamente ao ponto um, saudamos todas as iniciativas.

O Partido Socialista sempre esteve com esta problemática nas suas iniciativas, portanto, saudar todas as iniciativas populares promovidas pelas associações no direito à habitação e apelar aos fregueses e às freguesas para participarem numa manifestação, isto é que não responde exatamente à emergência, isto não é um programa de resposta ao diagnóstico feito.

O Partido Socialista concorda com o diagnóstico, concorda e está ao lado das populações que se revêm neste diagnóstico e, por isso, arranjou programas para responder a este mesmo diagnóstico, o que não concorda e por isso não acompanhamos a moção, é que a resposta a esta emergência sejam as lutas e as manifestações.

Luís Maurício (CH) – O Partido CHEGA vai votar contra esta proposta, não por estar contra o problema da habitação, que é um problema cada vez mais grave que está a acontecer no nosso país, ao qual tem de arranjar soluções. Como, ainda, há pouco disse o deputado do Partido Socialista, ele esteve metido na geringonça e continua tudo igual, mas também pelo último ponto, e esse é o mais importante. A última manifestação que ocorreu em Lisboa pela habitação, o melhor que conseguiram foi agredirem as autoridades e vandalizar as viaturas. Contra esse tipo de manifestações somos completamente contra, muitas pessoas com vários adereços, não vamos dizer a quem, e o que aconteceu na última manifestação espero que não ocorra mais, a agressão às autoridades e terem vandalizado as viaturas policiais.

Não havendo mais intervenções, foi a moção reprovada por maioria e em minuta, com 19 votos contra, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, uma abstenção do PAN e 18 votos a Favor, 17 da CDU e 1 do BE.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Nós votámos contra esta moção, pois fazemos notar que moratórias de pagamento têm como consequência imediata o aumento de capital em dívida e o agravar do problema que se pretende resolver.*

Outra medida contraproducente e observável no mundo real, é que o limite do aumento das rendas provoca escassez de oferta e aumento dessas mesmas rendas. Mais, nós aqui não apelamos a manifestações.”

4. Moção “Assegurar o direito à habitação” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de sessões dois deputados municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo intervenções, foi a moção reprovada por maioria e em minuta, com 18 votos contra, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, uma abstenção do PAN e 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 do BE.

Rui Lamim (PPD/PSD) – Remeto a declaração de voto para a que fiz na moção anterior.

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A minha declaração de voto vai no sentido da moção do Bloco de Esquerda, como da moção da CDU, visto que o tema é semelhante. O tema da habitação é de fulcral importância nos tempos em que vivemos, deve-nos a todos preocupar quando o direito a um teto começa a ser um sonho inalcançável para tantos portugueses. Concordamos, nesse sentido, com muitas das deliberações de ambas as moções, contudo consideramos simplista atribuir as dificuldades no direito à habitação apenas a medidas de governos PSD ou CDS quanto às rendas, ignorando a atual conjuntura financeira e histórica como é referido no texto do Bloco de Esquerda ou então propor medidas algo dispersas que parecem condenar exclusivamente a população estrangeira ou o Governo, estratégia consecutivamente adotada pela CDU. Por este motivo nos abstermos nestas duas moções acerca da habitação, apresentadas tanto pelo Bloco de Esquerda como da CDU.”*

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A declaração de voto da bancada do Partido Socialista é para justificar o voto contra, tendo por base duas razões. A primeira razão prende-se com o facto de a CDU ser Executivo num concelho onde nunca construiu um único fogo de habitação. A segunda razão, aparece com uma moção como se tivesse como prioridade a habitação. A segunda razão prende-se com o facto de toda a moção ser assente no programa “Mais Habitação” do Partido Socialista, como se apresentasse o diagnóstico e o programa proposto pelo Partido Socialista. Como tal não faz o mais pequeno sentido nós estarmos a votar algo que já está a ser implementado.”*

Joana Tomé (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Este pacote de medidas apresentado pelo Governo para o setor da habitação, “Mais Habitação”, sobre o qual versa esta moção que salvaguarda única e exclusivamente os interesses da banca, da especulação e do setor imobiliário. Este pacote acaba por aprofundar determinadamente a concentração da riqueza e coloca o Estado e a população a financiar quem já lucra com o setor da habitação. Uma última nota, Setúbal foi dos primeiros municípios a apresentar uma Estratégia Local para a Habitação, tentando satisfazer as carências habitacionais com maior urgência social, já que a população residente se encontra, em muitos casos, em situações habitacionais indignas, de vulnerabilidade e de carência financeira.”*

5. Moção “Por uma Educação Pública de qualidade, gratuita e inclusiva” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Reconhecemos que a educação é fundamental como elevador social e, como tal, é essencial para a prosperidade e progresso da nossa nação.

Estamos firmemente comprometidos em garantir que cada cidadão tenha a oportunidade de alcançar todo o seu potencial através de uma educação de qualidade.

Ao analisarmos a presente proposta, reconhecemos o seu compromisso com a melhoria da Educação Pública, no entanto, estamos preocupados que ela tenha uma perspetiva limitada ao invocar exclusivamente a Escola Pública, sem considerar a diversidade e riqueza que o setor privado e social pode trazer ao panorama educacional.

Acreditamos que numa abordagem holística, a educação deve considerar todas as opções disponíveis e buscar as melhores soluções, independentemente de estarem no setor público ou privado.

As escolas privadas e sociais têm demonstrado em diversas ocasiões ser parceiros valiosos na entrega de educação de qualidade complementando e, por vezes, inovando onde o sistema público enfrenta desafios. Ignorar este facto é privar os nossos alunos de oportunidades potenciais e limitar a capacidade do nosso sistema educacional de se adaptar e de evoluir.

Dito isto, apesar das nossas reservas ideológicas em relação à proposta, decidimos acompanhar a mesma, fazemo-lo não por concordarmos plenamente com o seu teor, mas por reconhecermos a importância de avançar na melhoria da educação no nosso país e concretamente no nosso município.

No entanto, instamos os proponentes e todos os membros desta assembleia a manterem uma mente aberta e a considerarem a riqueza de possibilidades que a colaboração entre o setor público, privado e social pode trazer à educação em Portugal.

Eunice Pratas (PS) – Fico incrédula com a moção apresentada, aqui hoje, pela CDU. Não sei a que momentos de destruição da escola pública se referem no documento, será a distribuição de computadores pelos alunos, a gratuidade dos manuais escolares, o compromisso em abranger a creche gratuita para todas as crianças? Também devíamos ficar a saber que a requalificação das escolas prioritárias tem mecanismos de financiamento disponibilizados pelo PRR. A autarquia para a apresentação dos projetos escolares para o financiamento do PRR suportaria 10% do orçamento total do projeto. Para exemplificar, o Liceu se fosse remodelado a obra abrangente pelo PRR, num custo total de 4 milhões, a Câmara Municipal para concorrer a este projeto e ser abrangido teria de gastar cerca de 400 mil euros no projeto apresentado.

No entanto, a bancada da CDU deveria saber, após a apresentação desta moção, que a prioridade deste Executivo não é o investimento na comunidade educativa e escolar, pois considera isto um gasto desnecessário, pelas palavras apresentadas na moção. Mas rotundas de 400 mil euros na nossa cidade são consideradas um bom gasto, despesas exorbitantes que já foram várias vezes referidas nesta Assembleia Municipal não são vistas como um gasto, mas investir nas escolas é considerado um gasto. Podendo construir um pavilhão dentro do recinto da escola Dom Manuel Martins para beneficiar toda a comunidade educativa, foi construído no exterior, mas quando conseguimos ler nesta moção que o investimento na escola pública e gratuita, por parte de autarquias comunistas, é uma despesa e não um investimento.

Tudo bem, acho que deveríamos também saber dosear e dizer à CDU que não basta protestar e aparecer, basta também ser e assumir as responsabilidades governativas que lhes competem. Lá está, presunção e água benta cada um toma a que deseja.

Vanessa Silva (CDU) – Muito emocionante esta última intervenção, mas cheia de imprecisões.

A primeira questão que gostava de esclarecer, é que o Governo português assinou, com a Associação Nacional de Municípios, um acordo para reabilitação das escolas que constam de um anexo que foi mapeado pelo próprio Governo, um anexo que identifica 451 escolas com a necessidade prioritária de requalificação e que em julho deste ano identificou fontes de financiamento. Fontes! O PRR, o Portugal 2030 em várias regiões e exclui-se a região em que estamos integrados, tendo em conta a questão da convergência e não se aplica no nosso caso, e um empréstimo ao BEI que o Governo português vai contrair para este efeito.

Neste acordo, o Governo português assume com a Associação Nacional de Municípios que os projetos vão ser financiados a 100%. Se calhar, a senhora deputada municipal tem já uma informação que afinal não vão, que é algo que nos preocupa bastante.

Também gostava de dizer que o Executivo Municipal já está a investir mais 3 milhões de euros no processo de transferência de competências e que ninguém ache que o estado das escolas do nosso concelho, estou certa de que os senhores deputados do PS também não acham, foram até à data da transferência de competências da responsabilidade do Ministério da Educação e não por responsabilidade das próprias escolas. Ninguém acha isso certamente. Portanto, há um Ministério da Educação, há uma responsabilidade da Administração Central que não foi cumprida, em todos os quadrantes há uma unanimidade de que há um subfinanciamento crónico da Educação e muito me espanta esta intervenção que aqui foi realizada.

De facto, as propostas que aqui trazemos hoje são propostas no sentido de valorizar a qualificação da escola pública e valorizar o facto de a escola pública ser o garante do acesso à educação a todos os portugueses.

Paula Soeiro (PPD/PSD) – A minha intervenção vai iniciar-se e, julgo que os autores desta moção não me levarão a mal, vou usar algumas das palavras aqui presentes, nomeadamente o parágrafo que antecede as deliberações, e faria até uma proposta de correção dizendo *“Muito se tem falado da escola a tempo inteiro,*

nomeadamente com as Atividades de Enriquecimento Curricular e a componente de apoio à família do 1º Ciclo do Ensino Básico, onde as crianças permanecem nos espaços escolares entre as 7h30 e as 19h30.

Conforme protocolos e parcerias com as juntas de freguesia, as escolas e as Associações de Pais para garantir a escola a tempo inteiro de conciliação dos horários das crianças e das famílias enaltecida no dia 13 de setembro pelo Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, André Martins.” Aí, a frase subsequente teria um outro sentido.

Se esta informação e o modo como foi enaltecido pelo Sr. Presidente é verdade, também é verdade o pouco investimento municipal, também é verdade o que consta sobre a ausência de investimento por parte do Poder Central, mas não podemos esquecer que estamos no município.

O relatório da empresa CENDRU sobre a Carta Educativa de Setúbal de 2ª geração, que foi sumariamente apresentado em abril passado, identificava, entre outras, a necessidade da criação de 14 salas de pré-escolar e 33 de 1º ciclo, um cenário que não é muito diferente do que já tinha sido diagnosticado e perspetivado com a Carta Educativa de 2006.

Passaram-se 17 anos de gestão da CDU e permitam-me recordar algumas propostas e consequentes compromissos eleitorais que constam desse documento de 2006, a ampliação da EB1 e JI Viso para 8 salas, continua em 2023 com 4 salas de 1º ciclo. Dizia, também em 2006, proposta de construção da EB1, JI São Francisco Xavier com 11 salas, não foi concretizado, EB1 nº 2 de Setúbal, de Santa Maria, ampliação com 2 salas de pré-escolar, não concretizado. Proposta de construção da EB1 São Simão com a dotação de 10 a 12 salas de 2º e 3º ciclo, não concretizado, uma JI São Julião com 6 salas e entre outros. No quadro das suas competências, os diversos Executivos da CDU poderiam e deveriam ter contribuído para diminuir e cito novamente a moção da CDU, *“persistência dos velhos problemas no funcionamento das escolas, não dando resposta aos seus profissionais, às crianças e jovens, bem como às suas famílias”* e termino a citação da moção.

Apesar destas considerações, perante e somente perante isso, a defesa do direito constitucional e fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e sucesso educativo de cada cidadão e o garante do desenvolvimento das suas capacidades, a bancada do PSD irá acompanhar a presente moção.

Luís Maurício (CH) – Senhor Presidente, só uma questão, o público que está aqui atrás de mim, está para participar na Assembleia ou está para ouvir o que está a acontecer na Assembleia? Acho que está aqui para ver o que se está a passar, não é para estar a comunicar com a Assembleia. Estão a falar, a falar, a falar.

Acho que o Sr. Presidente devia dizer às pessoas que estão numa Assembleia Municipal e que se deviam saber comportar e não estar num ar de gozo para outras bancadas políticas. Porque se não também respondo.

Presidente da Mesa – O que está a fazer é uma interpelação à Mesa, afinal não é uma intervenção. Quando oiço faço um aceno, às vezes oiço aqui ao lado e digo para estarem calados. Não ouvi nada, não ouvi ninguém aí detrás, deve ser da distância, estou mais longe.

Está-se a queixar, admito que sim e quer que faça uma interpelação ao público que se estiverem a fazer comentários e pedir por favor para que não o façam em voz alta para não incomodarem os deputados que estão próximos da fileira do público, é isso?

Luís Maurício (CH) – Exatamente! Se não o fizer, vou lá e faço a cada um.

Presidente da Mesa – Tem razão! Tem razão e isso não deve acontecer.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 da IL, 3 abstenções, 2 do CH e 1 do PAN, e 10 votos contra do PS.

Eunice Pratas (PS) – A bancada municipal do Partido Socialista entregará uma declaração de voto aos serviços da Assembleia Municipal (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

6. Moção “Travessia Fluvial do Rio Sado entre Setúbal e Tróia” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

João Fidalgo (PS) – A bancada do PS regista com agrado que uma moção da CDU, em vez de efetuar exigências ao Governo, efetue recomendações, parece que os tempos estão a mudar.

A temática desta moção, recorde-se, já foi abordada pelos deputados eleitos pelo PS no distrito de Setúbal junto do Governo, pelo que a moção acaba por pecar por tardia. Também peca por tardia, porque não soube o município em tempo útil tentar acautelar os interesses da população do concelho de Setúbal junto da APSS, na altura da renovação da concessão.

Consideramos que o resgate da concessão, tal como é recomendado, ou seja, a figura do resgate poderia ser uma última figura a aplicar, por exemplo, à concessão do estacionamento tarifado em Setúbal ou, eventualmente, poderia ter sido aplicado em tempos às Águas do Sado, coisa que não foi.

Face ao facto que a travessia não serve apenas a população da AML, a travessia faz-se para o outro lado do Rio Sado, pensamos que seria, também, interessante aferir se o Alentejo Litoral está disposto a compartilhar os eventuais custos do passe nesta travessia. Tendo em conta a importância desta temática, a bancada do PS irá abster-se e não votar contra.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 17 da CDU, 4 do PPD/PSD e 1 do BE, e 14 abstenções, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos favoravelmente esta moção, pois consideramos que com Tróia existe um importante fluxo de pessoas, sendo o custo do serviço claramente excessivo, aliás, temos referido este assunto de forma recorrente como foi o caso da última assembleia e é com agrado que temos vindo a observar a evolução do comportamento da CDU na atenção que dedica às barreiras de um colegiado do concelho, tema que nos é muito querido e aproximando-se das posições que nós temos vindo a tomar ao longo de vários anos.”*

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal absteve-se nesta votação, reconhecemos plenamente a importância do Rio Sado como elemento vital para a união entre territórios e a aproximação das populações, no entanto, tendo em conta os princípios do liberalismo e a crença na eficiência do mercado, bem como na segurança jurídica.*

Abstivemo-nos na presente moção, porque acreditamos firmemente que o setor privado, quando devidamente regulamentado, tem capacidade de fornecer serviços de forma mais eficiente e inovadora do que o setor público, a transferência de tal operação de volta ao domínio público poderia resultar em menos eficiência operacional e custos elevados.

A alteração ou rescisão de contratos existentes pode desencorajar futuros investimentos privados, a segurança e confiabilidade dos contratos são cruciais para o mercado saudável. Em vez de resgatar a concessão seria mais benéfico, na nossa perspetiva, encorajar a concorrência no setor.

A entrada de mais operadores pode levar a melhorias no serviço e a preços mais competitivos, beneficiando assim, o público. Sem evidências claras de uma falha de mercado, vemos o resgate da concessão como uma intervenção estatal desnecessária contrária aos nossos princípios, defendemos a intervenção mínima do

Estado. Temos, ainda, preocupações sobre possíveis implicações fiscais e a perda de receitas com o resgate da concessão, o que poderia não ser benéfico a longo prazo.”

Presidente da Mesa – Faço aqui um parêntesis na condução dos trabalhos e deixo aqui já uma sugestão. Devemos definir no regimento o voto de vencido, que é para a declaração de voto das pessoas que venceram e, eventualmente, se assim o considerarmos inventar uma nova figura que é a justificação de voto, e uma coisa e outra contam para o tempo do respetivo grupo, porque senão estamos constantemente a usar um truque na declaração de voto que é estar-se a fazer uma intervenção. Estamos numa situação em que já estamos todos com o tempo negativo, exceto o PAN, mas estamos a prolongar as nossas intervenções argumentativas na figura da declaração de voto.

Não estou a tomar uma decisão, mas para funcionarmos assim, então inventa-se a justificação de voto que conta para o tempo de grupo e faz-se a declaração de voto vencido. É uma ideia, pensem-na, aceitem-na ou deem-na fora, mas temos de resolver isto, porque se não andamos sempre a fazer truques.

Tenho a responsabilidade de conduzir os trabalhos, de dar as indicações ou as sugestões para que se tomem as decisões para serem conduzidos, é esse o meu papel aqui neste lugar e julgo que tenho a obrigação de o fazer. Fiquem a pensar nisso e tomemos uma decisão a seguir, porque assim o único culpado do deficiente funcionamento é a Mesa, sou eu, e isso não me parece que seja justo.

Vanessa Silva (CDU) – Para fazer uma interpelação à Mesa. A CDU considera que o lugar de Presidente é muito difícil e valorizamos o esforço que o Sr. Presidente faz de procurar conduzir os trabalhos da melhor maneira possível, mas achamos mesmo que a maturação deste tipo de temas na Comissão Permanente acaba por criar um compromisso entre todas as bancadas e que isso é útil ao funcionamento, depois, Sr. Presidente, também tem de ficar com alguma culpa, se não é sempre do PS.

Presidente da Mesa – O PS já são donos do PRR, já são donos do Estado, tudo o que as Câmaras fazem é porque o PS lhes deu o dinheiro, é um problema e não podem ficar com tudo. Estamos de acordo com isso, mas quanto à dificuldade há coisas piores, há coisas mais difíceis.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. Saudação “Ao 53º aniversário da CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista associa-se a esta moção que dá os parabéns à CGTP, o Partido Socialista na sua história tem um legado de pluralidade de contra a unicidade sindical, batalhou muito contra a unicidade sindical e, portanto, entendemos ser importante a existência da CGTP.

Afinal de contas não podia ficar a UGT sozinha, portanto, damos os parabéns a todos os sindicatos que estão filiados na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e, principalmente, à tendência sindical socialista.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões cinco deputados municipais, três do PS e dois do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 17 da CDU, 7 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Reconhecemos a longa história da CGTP Intersindical Nacional e a sua contribuição para o movimento sindical em Portugal, contudo também é importante notar que, durante vários momentos da sua história, a CGTP Intersindical Nacional demonstrou fortes laços com o PCP, limitando na nossa perspetiva a sua capacidade de agir de forma independente e representar um espectro mais amplo de trabalhadores.*

Estamos preocupados com a promoção da unicidade sindical que, no nosso entendimento, pode limitar a pluralidade e diversidade de vozes no movimento sindical.

Num sistema democrático é essencial que as instituições, incluindo os sindicatos, promovam a diversidade de opiniões e permitam que vozes distintas sejam ouvidas, temos preocupações em relação à representatividade e pluralidade dentro da CGTP Intersindical Nacional.

A nossa abstenção não é uma rejeição completa do trabalho e da história da CGTP Intersindical Nacional, mas uma expressão das nossas preocupações sobre certas práticas e associações. Acreditamos que ao expressar essas preocupações, podemos contribuir para um debate construtivo sobre o futuro do movimento sindical em Portugal.”

Presidente da Mesa – Antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia, vamos arrumar isto primeiro nas propostas de deliberação que aqui serão debatidas. Vai haver a apreciação das comissões, mas há duas comissões que têm apreciações de matérias que baixaram às comissões e que têm aqui uma informação a dar ao plenário e solicitava, desde logo, que o fizessem.

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais analisou em reunião, na passada segunda-feira, a resolução da Iniciativa Liberal sobre o estado da Educação no Município de Setúbal, tendo-se concluído que se fará o aprofundamento desta discussão aquando da apresentação da proposta da Carta Educativa por parte da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças acordou apreciar o relatório sobre a situação económica e financeira do município referente ao 1º trimestre em data posterior, pelo motivo de o documento ter sido recebido com pouco tempo útil para análise do mesmo, conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de junho, julho e agosto de 2023** (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Manuel Fernandes (PS) - Relativamente ao relatório e à atividade da Câmara, é para refletir sobre o que está e o que quanto a nós, o que lá falta, o que não está. Referente à atividade do Executivo, gostaríamos de perguntar, porque não consta, qual é o ponto de situação relativamente a duas matérias, uma delas prende-se com um local muito específico, que é a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, a aquisição do IMAPARK, que foi adquirido salvo erro em 2019, e aquando foi a sua aquisição, tinha projetos muito bem pensados, para aquele local e estamos a falar de um investimento que a Câmara teve superior a quatro milhões de euros, e aquilo agora, parece-nos até a casa dos horrores, tem ali o Pádel, tem ali, salvo erro uma oficina e tem um café dentro do Pádel, portanto, aquilo praticamente não tem atividade e gostaríamos de saber qual o ponto de situação, sendo que ainda há uma outra questão apenas, que se prende com o próprio saneamento básico. Sabemos que esteve recentemente no local um membro do executivo, penso que foi o senhor Vereador, Carlos Rabaçal, que falou e apresentou um projeto, salvo erro em três fases de expansão do

saneamento básico naquela zona, mas apenas para a zona da Rua Baía do Sado e algumas adjacentes, mas não concretamente, aquele saneamento daquela área, onde atualmente se encontra a despejar uma água, que julgasse ser saneamento, mas que está a ir diretamente para o Estuário.

Portanto, qual o ponto de situação relativamente ao IMAPARK, se há ou não um projeto pensado para aquela zona?

Relativamente a esse saneamento, porque não foi apresentado, aquando da deslocação do membro do Executivo, se essa situação está resolvida ou está por resolver?

Há projeto, há proposta? Vê-se brevemente alguma solução, ou não!

Relativamente, ainda a uma outra matéria, que também diz respeito ao Executivo, prende-se com o ponto de situação do parque de estacionamento, ou a falta do parque de estacionamento da Praça de Touros e à própria Praça de Touros.

Diz respeito, ao facto de que o Executivo já teve propostas para a Praça de Touros, tinha na altura um caderno de encargos que fazia parte do contrato de concessão do estacionamento de superfície, em que tinha três parques de estacionamento e um deles foi deslocado, ou seja, foi retirado desse caderno de encargos, para constar na proposta de aquisição, porque faltava matéria, segundo aquele que era o proponente, porque havia já há alguém interessado na aquisição da Praça de Touros, para lhe dar uso, e daí foi retirado esse parque de estacionamento, do caderno de encargos do estacionamento tarifado de superfície e foi colocado ali.

Entretanto, nunca mais houve nenhuma informação relativamente a esse respeito, não sabemos se existe algum projeto em carteira, se alguma coisa está a ser feita, a pessoa interessada, afinal, desinteressou-se, ou nunca houve efetivamente alguém que tivesse interesse na aquisição do equipamento.

Eram estas duas questões que eu gostaria de apresentar.

Paula Soeiro (PSD) – Vou elencar aqui um conjunto de reparos e a alguns deles também solicito algum esclarecimento, relativamente a esta informação escrita. Dar nota que, na página 33, relativamente a processos de inquérito e disciplinares, referem um aumento de mais de 350%, ao período análogo em 2022. Em 2022, foram indicados uma existência de 23 processos e agora são 82, ora, juntando esse dado a uma redução do universo de trabalhadores, que em 2022 no mesmo período eram 2030 e agora 1943, este aumento relativamente ao número de processos de inquérito e disciplinares, ainda é mais significativo, isto em processos matemáticos, 4% dos funcionários têm neste momento, ou tinham, neste trimestre, processos de inquérito e disciplinares, o que é significativo no quadro daquilo que é o nosso entendimento.

Com base nestes dados, gostaríamos de saber se foram alterados alguns procedimentos, se a tipologia dos atos, que conduziram a este aumento de processos são similares e que medidas preventivas foram ou estão a ser adotadas para diminuir o número de infrações.

Damos também uma nota positiva a uma pequena redução do número de acidentes de trabalho, cuja referência vem na página 43, do Relatório, mas há um aumento do número de dias perdidos, o que poderá ser indicador sobre a gravidade dos acidentes, e claro que todos nós só podemos estar satisfeitos, quando o número de acidentes em trabalho for igual a zero.

Dar também uma nota positiva, relativamente à informação que consta sobre o estudo de ocupação do Jardim das Energias, tinha sido uma questão que tínhamos colocado na Assembleia passada e que a senhora Vereadora, Rita Carvalho, também tinha complementado em termos de oralidade, e agora vem já na informação.

Há uma referência às intervenções ou à adaptação da Praia da Saúde, damos como proposta, “e que tal remover o painel de proibição de uso, da água e das areias”, visto que, até ontem aconteceu uma festa municipal, com a receção à Comunidade Educativa, na mesma praia, por isso, penso que aquele painel de proibição já estará obsoleto.

Propomos, que exista uma organização gráfica das informações da Divisão de Cultura e Património, de modo que a leitura, nomeadamente deste relatório das páginas 93 a 122, seja mais clara no número de visitantes, de utentes e usufrutuários e pela tipologia da ação. Existem outras Divisões que já usam esse método, através de quadros e não uma listagem, que parece uma listagem impressa de uma outra base de dados.

Manuel Esteves (PS) - Aproveitava esta rubrica só para dar aqui dois alertas do que se passa nas periferias da nossa cidade, que é lá na minha Azeitão. Ora bem, na Rua do Olivalinho, há uma fuga de água constante, não é uma “fugazinha”, é uma fuga de água constante, desde o dia 7 de junho, até hoje! Passam ali sistematicamente empregados da Junta e ninguém se resigna a tomar a iniciativa, que eu estou aqui a tomar hoje a dar conhecimento ao Executivo.

Também dizer que gostaria que o Executivo, fizesse uma parceria com a Junta de Freguesia, porque temos uma única rotunda em Azeitão, no centro de Azeitão, que já hoje, são Brejos de Azeitão, que situa-se na Estrada Nacional, com a Estrada de São Gonçalo, que é uma vergonha, quer dizer, temos seis rotundas todas decoradas, e a última agora até foi pintada, para a Nossa Senhora da Saúde passar, não sei se era para ir de autocarro, mas por acaso não foi, foi de andor, mas com toda a crença, que eu sou católico e já andei com a “Senhora” ao colo, portanto, estou a fazer um pouco de ironia, mas é só para ver se a minha Presidente da Junta, que está aqui à minha frente, a olhar assim com muita atenção, tome alguma iniciativa para resolver estas situações em Azeitão, para que fique mais bela e mais bonita.

Ilidio Ferreira (PS) – Na página 8, do Relatório, consta a referência há constatação de uma situação de perigosidade no Baluarte do Socorro, onde existe uma chaminé, portanto, há o risco de ela poder cair, e, ou elementos da chaminé, para o passeio público e para o parque de estacionamento do Tribunal. Nas informações que constam aqui, não é dito o desenvolvimento que houve, eu pergunto à senhora Vice-Presidente, se há informações adicionais relativamente a este assunto.

Na página 14, é feita uma referência à ETAR, da Aldeia Grande, onde caiu uma árvore e que foram regularizar a situação, eu aproveito isto, para falar do problema que continua a existir dos maus cheiros que vêm da ETAR de Aldeia Grande, já coloquei este assunto verbalmente, ao senhor Vereador, aqui algum tempo atrás, o problema mantém-se, periodicamente o cheiro que vem através dos esgotos, enchem as casas de um ar que é intolerável, e também falei aqui, já há algum tempo atrás, de uma obra que foi feita na Rua da Aldeia Grande, e que em nossa opinião, não terá sido convenientemente feita, peço mais uma vez que os serviços se possam deslocar, para verificar, porque quando vem o Inverno, as águas invadem as casas, os quintais e as casas que ficam abaixo do nível da estrada, eventualmente poderá ter sido um erro de projeto e de execução, ou não, mas era bom que os serviços lá fossem.

Finalmente, gostaria de falar aqui de um assunto que não consta aqui no Relatório, eu pelo menos não o vi, que é o seguinte, informaram-me, deram-me esta informação, não sei se é correta, se é verdadeira, de que teria havido uma intervenção por parte da Câmara, para repor a legalidade naquele acesso à Capela de São Pedro de Alcube, ou seja, o acesso que estava vedado com um portão ou com correntes pelo proprietário, e que havia um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de setembro de 2014, de que já falei aqui e que, portanto, havia que repor a legalidade, para cumprir o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, disseram-me que a Câmara teria ido lá, não sei se foi, se não foi, não há nenhuma referência feita, se foi, eu dou os parabéns à Câmara, por ter ido no sentido do cumprimento da legalidade, e aproveitava para dizer o seguinte, é nossa intenção, na próxima sessão de Assembleia Municipal, trazer aqui um documento elaborado, sobre a Capela de São Pedro de Alcube.

A Capela de São Pedro de Alcube, é um imóvel que existe desde, não se sabe exatamente desde quando, mas presume-se que, pelo menos no século 16, já existia tal qual ela é, neste momento ou muito próximo do que é, mas a cronologia diz que já em 1184, havia referências a uma Capela no local da atual, não aquela, mas semelhante àquela, e posteriormente, há outras referências.

A Capela, foi objeto da última recuperação em 1980, pela Câmara, conjuntamente com os moradores, que tinham dinheiro das festas de São Pedro de Alcube, festas essas que não eram só umas festas da Aldeia, mas eram festas do Concelho, e que foram interrompidas há cerca de 15 anos, porque o proprietário fechou o acesso, porque o Tribunal da Relação de Évora, deu-lhe razão e ele fechou o acesso.

Julgo que, era altura de todos, Câmara, Junta de Freguesia, Associação de Moradores, Empresas que pudessem participar, refletirmos sobre a possibilidade de se vir a recuperar aquela Capela, eu estive lá há uns dias atrás, ela não está tão em mau estado como seria de presumir, e julgo que é possível recuperar um

património, e inclusivamente ponderarmos a possibilidade de ser considerado como Património Municipal, mas gostaríamos de trazer aqui numa próxima oportunidade, uma proposta, digamos assim, ou uma Recomendação à Câmara, sobre a matéria, mas é um assunto que deixava para nossa ponderação.

Simão Calixto (CDU) - Queria aqui fazer duas ou três questões no âmbito do relatório, a primeira, gostaria de saber se o Executivo tinha condições de nos informar sobre os problemas que se têm vindo a agudizar no Centro Hospitalar de Setúbal e particularmente na urgência obstétrica, ainda há dias saiam notícias sobre constrangimentos no funcionamento, isto, para além daqueles que estavam previstos para o fim de semana, portanto, nesse sentido perceber, se há condições, se continua a haver condições, o Executivo também tem agido neste sentido e algumas ações veem explanadas neste Relatório e, portanto, nesse sentido, poderem esclarecer a Assembleia.

Quero valorizar este relatório, de facto, este relatório traz um conjunto muito grande de atividades, que a Câmara foi desenvolvendo e que revelam também o profundo trabalho que a CDU tem desenvolvido neste Concelho, com dezenas de eventos culturais a acontecer durante o Verão. Valorizar também as pequenas obras que também foram acontecendo, como é o caso da requalificação de várias passadeiras e pinturas de outras, o tratamento dos jardins, o apoio às Jornadas Mundiais da Juventude, que também foi significativo, como este relatório refere, entre outras questões que não podíamos deixar de valorizar o esforço que este Executivo tem feito.

Maria João Palma (PS) - Efetivamente este relatório traz um grande número de atividades, mas volta a não trazer aqui plasmado o início da obra do saneamento básico, em Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, prometido, sob palavra de honra, do nosso Vereador, Carlos Rabaçal, para o 1º trimestre de 2023, neste momento, estamos no último trimestre de 2023, temos conhecimento que foi realizada uma reunião, creio que, na passada semana, se não me falha a memória, onde se procederam algumas explicações relativamente a este atraso, ou a algumas alterações que tenham sido feitas ao planeamento desta obra. Nós gostaríamos se fosse possível, que o senhor Vereador ou alguém do Executivo prestasse neste Órgão, esclarecimentos relativamente ao que está a acontecer no âmbito deste projeto.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, deixem-me fazer uma observação, um relatório é um relatório, relata aquilo que se fez com mais detalhe ou menos detalhe, é uma informação que, naturalmente é sujeita à apreciação crítica da Assembleia, agora, nós não temos feito um prolongamento deste debate, mas não podemos repetir aqui um debate, como do período de antes da ordem do dia. As questões devem incidir sobre a estrutura, a forma e o conteúdo do relatório, não tanto sobre a atividade, porque, entretanto, estivemos já a debater no PAOD e assim, levamos o Município a ter que fazer uma segunda ronda de respostas a questões de execução.

Sobre o relatório, o Executivo quer responder às interpelações feitas?

Vice-Presidente da Câmara – Irei responder a algumas questões e depois passarei a palavra aos meus colegas. Esclarecer aqui a Deputada, Paula Soeiro, relativamente à questão dos processos disciplinares, estes valores que estão aqui, não são cumulativos.

Admito que o quadro possa não estar bem apresentado, mas nós, entre processos disciplinares e processos de inquérito, no mês de junho, tínhamos 25 e no mês de julho, tínhamos 28, depois no mapa em baixo diz os que foram abertos, em termos de processo de inquérito, foi 1 aberto em julho e foram abertos 2 processos disciplinares em junho, o que dá os 28, mais 3.

Portanto, nós não temos 89 processos disciplinares a decorrer, nós temos 29 processos disciplinares a decorrer, num universo neste momento de cerca de 2 mil trabalhadores, o que em termos de percentagem, não é alarmante. De qualquer maneira, sempre que ocorrem situações que o justifiquem, portanto, nós temos que de acordo com a legislação, desencadear os processos correspondentes.

Houve aqui várias considerações, algumas opiniões e alguns pedidos de esclarecimento, eu pedia então, aqui ao senhor Vereador, Carlos Rabaçal, ao senhor Vereador, Pedro Pina e à senhora Vereadora, Rita Carvalho, responderem, porque há temas de todas as áreas que pudessem gerir aqui o tempo, para também prestar os esclarecimentos.

Vereadora Rita Carvalho – Relativamente à rotunda de Azeitão, ao miolo da rotunda na Estrada Nacional 10, como sabe, as obras daquele Loteamento ainda não foram recebidas, portanto, aquela é uma parte das obras daquele Loteamento, o projeto em desenvolvimento está praticamente finalizado, mas só pode ser executado após receção e validação junto do IP de Portugal, portanto, daí não pode haver essa intervenção, mas há de acontecer, e as outras estão muito bonitas como disse e acho que isso é de valorizar e faremos desta igualmente uma rotunda com a sua beleza.

Sobre o estacionamento da Praça de Touros, a questão não era propriamente o haver um interessado, havia um contrato com a União de Comércio e Indústria, e na sequência desse Protocolo com a União de Comércio e Indústria, havia um compromisso assumido pelo Clube, temos mantido conversações com o Clube e com o compromisso assumido e, portanto, está em elaboração o projeto e o financiamento daquele projeto, para a execução de um parque de estacionamento, já agora para fazer face há necessidade de estacionamento do Hospital, que fez a sua ampliação e bem, mas sem considerar as necessárias implicações no estacionamento da envolvente.

Relativamente à Praia de Saúde, só clarificar que, a placa que foi, entretanto, colocada, terão percebido que foi colocada uma infraestrutura que, no fundo salvaguarda, ou que impede o avançar da zona da “Praia”, com as devidas aspas, que garante as condições de utilização em segurança e foi recolocada uma nova placa, com uma nova informação, dizendo que esta não é uma zona de praia, porque formalmente não é, e sugerindo a utilização da zona que está salvaguardada, para efeitos de segurança, e, portanto, não há aquela informação contraditória que se fez correr pelas redes sociais, que era interdita a banhos, mas que se podia tomar banhos, mas foi substituída, no mesmo momento que foi colocada a interdição foi substituída a placa.

Sobre a chaminé do Baluarte do Socorro, foi feita uma vistoria da Proteção Civil, eu confesso que o processo ainda não passou por mim, apesar de indicar que já foi enviado para o Departamento de Urbanismo, mas do que entendo do Relatório e é a prática dos Serviços, foi feita uma vistoria, foi identificado uma eventual situação de risco, é feita a notificação ao proprietário, para corrigir as anomalias e não corrigindo, estando em causa um risco de queda iminente, haverá uma substituição por parte da Câmara, ao proprietário, que é a informação que consta no relatório.

No que diz respeito a São Pedro de Alcube, efetivamente foram retiradas as inibições físicas que inibiam o acesso à Capela, foi um processo também muito difícil, como disse, uma sentença de 2014, que foi muito difícil concretizar, mas, finalmente foi conseguida, e foi uma iniciativa municipal, junto do proprietário e, portanto, a própria Câmara acabou por ter que fazer a remoção das inibições físicas que existiam no local.

Vereador Carlos Rabaçal – As questões relacionadas com a ETAR da Aldeia Grande e a Rua da Aldeia Grande, eu tomei boa nota, vamos voltar a ver o que é que se passa, porque é cíclica essa questão dos maus cheiros. Em relação à Rua da Olivalinho e a fuga de água, nós temos uma dificuldade em Azeitão, fruto do impacto previsto da construção em Azeitão, nós temos redes de água com idade não muito elevada, muito mais recentes, do que em Setúbal, do que do lado de cá da Serra e temos ruturas de uma forma sucessiva, tendo em conta a direção da rede e a má qualidade das tubagens utilizadas.

Nós temos em Azeitão, quase metade da perda de água, de toda a água do Concelho, investimos nos últimos 2 anos, 1 milhão de euros aproximadamente, em substituição de redes e renovação de redes, vamos continuar nessa senda, envolve já uma dezena e meia de ruas e muitas dezenas de habitações, em que essa intervenção teve impacto, mas sobretudo tem impacto na redução de perdas de água e uma sucessiva alteração das redes, vai-nos permitir também melhorar a pressão da água, visto que o aumento da pressão de água na rede, tal qual está, provoca ruturas, portanto, temos aqui um dilema complicado na gestão da água em Azeitão.

Portanto, agradeço a questão que colocou e que sempre que encontrem qualquer situação dessas comuniquem de imediato, para os Serviços Municipalizados, ou para nós diretamente, para podermos intervir rapidamente, às vezes não conseguimos intervir rapidamente visto que há várias situações dessas, mas agradeço a questão que colocou, mas esta nota explicativa era essencial, porque, de facto, a rede de abastecimento de água em Azeitão está muito fragilizada e nós estamos a fazer um esforço muito grande de investimento nessa rede.

Em relação à rotunda da EN 10, agradeço ter colocado a questão também, fico satisfeito que o Partido Socialista queira as rotundas embelezadas, sempre que embelezamos rotundas, acabamos por ser muito criticados por gastar dinheiro indevidamente, portanto, mas há um projeto, houve um projeto inicial, esse projeto verificou-se não ser o mais adequado, está a ser elaborado um novo projeto e vai ver que vamos ter uma rotunda muito bonita, também na Estrada Nacional 10, que não vai ser muito cara.

Em relação às questões do saneamento da Gâmbia, dizer o seguinte, de facto, houve uma reunião, em que estive eu e esteve o senhor Presidente da Junta de Freguesia, Luis Custódio, foi uma reunião muito participada, com 80 a 100 pessoas daquela zona, muito participada em número de pessoas, muito participada na intervenção, intervieram muitas pessoas sobre a situação, foi uma reunião muito rica, muito boa. Houve uma discussão interessante também sobre a questão das fossas e da forma como trabalhamos, visto que nós melhoramos a relação dos serviços, com os nossos municípios, mas mesmo assim, eles consideram que não é suficiente, vamos agora estudar uma melhor solução de trabalho com eles, mas em relação à rede, o que foi anunciado foi uma intervenção, uma 1ª fase de intervenção que deve iniciar ainda nesta semana ou na próxima semana, que vai apanhar uma parte da Rua Baía do Sado e algumas ruas adjacentes, depois o Luis Custódio, poderá dar uma ajuda na definição de algumas outras ruas, vai haver uma intervenção autónoma na Rua Brejo de Canes, é uma intervenção específica, absolutamente necessária, que também vai avançar rapidamente, vai avançar ainda este ano e também vamos avançar ainda este ano, com a 2ª fase no valor de 810 mil euros, que apanha a Rua Baía do Sado, a Rua Montinho da Cotovia e outras ruas adjacentes, depois fica uma 3ª fase, para 2024, que custa 538 mil euros, que irá fechar o essencial da rede da Gâmbia.

A questão que se coloca, é que depois vão ficar de fora algumas situações de grande complexidade de solução e que vamos ter que avaliar como é que se resolvem, decidimos discutir isso com os moradores e vamos fazer uma conversa com os moradores a breve prazo, sobre as situações que ficam fora da rede nesta fase e ver o trabalho que fazemos com eles nesse período, sobretudo para uma melhoria da forma de como se tratam as fossas que ainda existem e que irão existir ainda durante algum tempo. Eu creio que esta questão é muito importante, era uma necessidade muito grande, é uma aposta que tínhamos já na carteira há muito tempo e que finalmente vamos avançar, o arranque da obra da 2ª fase, teve aqui um ligeiro atraso, foram feitos vários ajustamentos ao projeto inicial das Águas do Sado, esses ajustamentos foram propostos, pelo senhor Presidente da Junta e eram propostas boas, que permitiam sem grandes custos e sem grande complexidade cobrir ainda mais território e mais população, portanto, isso levou a uma redefinição do projeto e a algum atraso no projeto, mas foi um bom atraso, porque há mais pessoas que vão ser servidas, portanto, foi isso que foi dito às pessoas, as pessoas estão na expectativa de que os trabalhos avancem e nós garantimos que vão avançar, não há nenhuma razão para não avançarem, há uma que já foi adjudicada e vai avançar como disse, dentro de dias, e há uma outra que está o concurso lançado e o objetivo é colar com a primeira, portanto, haver um momento em que a 1ª fase está a decorrer e entra a 2ª fase, portanto, é isto que está previsto e penso que irá acontecer, portanto é esta informação, sobre a pergunta que foi feita em relação a estas obras que são mais do que merecidas, é uma aspiração antiga e que nós queremos resolver também o mais rapidamente possível.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas para pedir um esclarecimento adicional, àquilo que foi respondido pela senhora Vereadora, Rita Carvalho, relativamente ao equipamento da Praça de Touros, é que a informação que nós dispúnhamos de 2019, quando a ex-Presidente da Câmara, Dra. Maria Dores Meira, salientava o facto de existir um interessado, um investidor e que esse investidor ia fazer ali um Multiusos, a senhora Vereadora, agora acabou por referir que era o Comércio e Indústria. Supostamente será o Comércio e Indústria que está

interessado em fazer dali o tal Multiusos e, então, esse parque de estacionamento era um atrativo para que o Parque Multiusos tivesse uma receita adicional para se tornar, também, esse investimento atrativo. Portanto, era apenas um pedido de esclarecimento, se esse investidor era efetivamente o Comércio e Indústria, à data que a ex-Presidente da Câmara falou, ou se agora, há um novo investidor apenas interessado no parque de estacionamento, uma vez que esse parque de estacionamento tinha saído do caderno de encargos do estacionamento tarifado de superfície, precisamente para esse equipamento.

Vereadora Rita Carvalho – A informação que dei foi relativa aos parques de estacionamento, o compromisso que havia em 2019, ou que foi exposto em 2019, foi que relativamente ao parque de estacionamento, ele foi retirado do concurso, porque havia um compromisso com o Comércio e Indústria, e o Comércio e Indústria tinha assumido compromissos com terceiros, para fazer um parque de estacionamento, e foi isso que eu tentei dizer, se calhar, não ficou bem claro, relativo ao parque de estacionamento.

Relativamente ao uso do Edifício da Praça de Touros, já foi aqui identificado, pelo senhor Presidente da Câmara, que fará a curto prazo a apresentação de um projeto e de propostas objetivas, para a refuncionalização daquele espaço.

Vereador Pedro Pina – Relativamente à interpelação dirigida pelo deputado Simão Calisto, que creio que, terá sido se o Executivo Municipal poderia fazer um ponto de situação, sobre a resposta das urgências do Centro Hospitalar de Setúbal. Senhor deputado, eu vou-lhe responder com duas citações, que não são da minha autoria, a primeira é *“estou seriamente preocupado com este movimento de recusar a realização de horas extras, por parte dos médicos, que pode pôr em causa a resposta do SNS”*, Fernando Araújo, Diretor Executivo, do Serviço Nacional de Saúde. Segunda citação, dos dias que nos antecedem à realização desta Assembleia Municipal, o senhor Ministro da Saúde admite *“o risco de fecho, de algumas urgências no que diz respeito ao funcionamento dos Centros Hospitalares”*, isto para dizer, senhor Deputado, que embora tenha passado marginalmente a esta Assembleia Municipal, a verdade é que o Estado em que o nosso Centro Hospitalar, no que respeita a matéria das urgências, está e continua e permanece numa situação absolutamente crítica. Eu mesmo na condição de Presidente do Conselho Consultivo, do Centro Hospitalar, ainda durante esta semana, na realização de uma reunião, interpelei o Conselho de Administração, se era possível que aquilo que em março deste ano nos foi transmitido, que a dita programação do encerramento das urgências seria um processo transitório, se teria alguma previsão num futuro muito próximo, nomeadamente considerando e já estamos a assistir a vagas de gripe e a vagas relativamente às questões da covid, e se nesse sentido havia alguma perspetiva, e o que me foi transmitido, é que não há nenhuma perspetiva que até final do ano se possa vir a regularizar o normal funcionamento das urgências, quer urgências pediátricas, mas também com os permanentes constrangimentos que são realizados no que a esta matéria diz respeito também na urgência geral e, portanto, o que o Executivo Municipal pode afirmar, é que nós não nos contentaremos e não nos calaremos, no que a esta matéria diz respeito. Efetivamente não é aceitável que um Centro Hospitalar, que abarca um território da dimensão como aquele que sabemos, nomeadamente com três Municípios, Sesimbra, Palmela e Setúbal, que continue a ter estas dificuldades e, sobretudo sem previsão. É caso para nos interrogarmos, se efetivamente esta solução provisória que decorre de todas as circunstâncias que amplamente temos vindo a discutir, se é vontade, ou não, que ela não seja provisória e que se torne definitiva, e sobre esta matéria, o que lhe podemos responder, é que o Executivo Municipal tudo fará e não baixaremos os braços, para que o mais rápido possível se possam encontrar soluções, para que efetivamente, quem se dirija ao Centro Hospitalar de Setúbal, possa receber os cuidados de acordo com a dignidade que o Serviço Nacional de Saúde exige.

Manuel Esteves (PS) – Gostava de dar mais uma informação à senhora Vereadora, é que quando diz que, a rotunda está pendente da entrega do loteamento, que está por acabar, chamo à atenção, porque já em tempos, muito anteriores, esse loteador também se comprometeu com a ex-Presidente da Câmara, a fazer o Mercado de Azeitão e nunca o fez, portanto, veja com o que é que está a lidar.

Também queria dizer ao senhor Vereador Rabaçal, que há outra fuga de água na Rua Andrade Corvo, na Cooperativa de Habitação e uma na Estrada Nacional a seguir à rotunda do Pingo Doce, portanto, como vê, em Azeitão está a rebentar tudo pelas costuras.

Ilídio Ferreira (PS) – Relativamente à questão da Capela dizer o seguinte, enfim, o caminho faz-se caminhando e julgo que este passo, foi um passo importante para repor a legalidade, porque é importante saber que, na 1ª Instância, a Câmara e os moradores venceram. O que é que estava em causa? Era o reconhecimento do caminho ser um caminho público, portanto, sendo público não podia vedar o acesso. Depois o proprietário ganha na relação de Évora e quer a Câmara, quer os moradores, cumpriram escrupulosamente aquela que foi a determinação do Tribunal, inclusivamente retiraram o Santo, da Capela e levaram o Santo, para a Escola, e é lá que tem feito a festa com todas as limitações, não é a mesma coisa fazer na escola ou fazer na Capela de São Pedro, uma festa com tradição centenária, pelo menos. Agora por aquilo que sei, eu estive lá um dia destes, o caminho continua interrompido, porque ele lavrou o terreno e também o portão de acesso à outra propriedade da Quinta do Esteval, também existe um portão que está fechado, mas creio que não haverá problema, porque o proprietário da Quinta do Esteval tem sido colaborante, nunca levantou problemas, julgo que se falar com ele, que ele abrirá, por outro lado, também neste momento, não há necessidade de o fazer, penso eu, a não ser quando se começar a fazer utilização da Capela novamente, que eu espero que o venhamos a fazer o mais próximo possível.

Flávio Lança (IL) – Em relação ao conteúdo do Relatório, questionava o Executivo se existe a possibilidade de se incluir um quadro isolado com os investimentos, que são alvo de empréstimos de médio e longo prazos, aprovados aqui nesta Assembleia, e que permita perceber a taxa de execução e o montante de investimentos já concretizado.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Sobre a questão do saneamento e reforçar aqui algumas questões, que o Senhor Vereador, Carlos Rabaçal disse aqui, foi uma reunião bastante rica, onde um dos objetivos principais era, apresentarmos as alterações que houve, portanto, o projeto tinha sido feito pelas Águas do Sado, infelizmente, deixava partes muito importantes das localidades para trás, essas alterações foram feitas, foram corrigidas e tivemos oportunidade de as apresentar. Como estas obras, são sempre obras bastante complicadas e bastante difíceis, houve zonas que estavam completamente fora do projeto e para atingir cerca de mais 25% da população daquela zona, foi necessário alterar traçados, arranjar terrenos alternativos, para criar duas estações elevatórias e ter de passar por terrenos particulares, portanto, nós achamos que era muito importante fazer-se esta reunião, fizemos o convite a pessoas para criar um grupo de trabalho, foram 14 pessoas que se ofereceram para esse grupo de trabalho, todas as pessoas que se ofereceram foram aceites e é nesse sentido que nós vamos trabalhar. Como o senhor vereador já disse, há situações que foram lá levantadas e que já tivemos oportunidade de as discutir na reunião que tivemos nos Serviços Municipalizados durante esta semana e vão ser aprofundadas com esse grupo de moradores. O objetivo é que nós possamos de uma vez por todas dar um salto muito grande, em termos de saneamento básico na nossa Freguesia.

É lógico que estas obras não vão resolver os problemas todos, mas sabemos que há duas localidades, que temos pena de não serem contempladas nesta fase, que é o Monte dos Patos e o Bairro da Bonita, mas aquilo que nós pensamos e já agora deixar aqui uma nota, no nosso entender, no meu entender, no entender do Executivo da Junta, a análise que nós fazemos, é que estas obras vão avançar, porque a água e o saneamento voltou à esfera do Município, saiu das Águas do Sado, para os Serviços Municipalizados. As obras da 2ª fase e da 3ª fase e até a Rua Brejo de Canes, que não estava contemplada nem na 1ª, nem na 2ª, nem na 3ª fase, já vai arrancar pelos Serviços Municipalizados, portanto, aquilo que nós esperamos, sabemos que vão ser obras complexas, numa zona complexa, que é preciso termos a noção que há uma via estruturante, que é a Rua Baía do Sado e a Rua Montinho da Cotovia, que é por ali que passa o trânsito todo, mas aquilo que nós pensamos, é que com muita calma e com uma boa coordenação, e já agora esperamos que a empresa que vá fazer as obras, seja uma empresa também com qualidade, porque nestas coisas também tem

uma grande influência, portanto, estamos convencidos que até 2025, provavelmente, uma grande faixa da nossa população que não tem saneamento básico ainda, passe a ter.

A outra questão que também é muito importante, é a questão de se rever as situações mais isoladas, muitas das vezes é muito fácil dizer que toda a gente deve ter saneamento básico, mas nós sabemos que, há certas situações para se conseguir ter saneamento básico, o investimento do saneamento básico muitas das vezes era superior ao custo da construção das próprias habitações, porque há habitações que são isoladas e, para isso também o Município, neste caso os Serviços Municipalizados, estão a estudar uma forma através de fossas, devidamente preparadas e adequadas, e que depois os Serviços Municipalizados possam vir a despejar essas mesmas fossas.

Há outras situações que também estão em cima da mesa e que nós temos falado muito nisso, em situações mais isoladas, de poder fazer numa fase, não ficar ligada à rede pública, mas fazer pequenos troços de saneamento básico público ligados às fossas comunitárias, que depois os Serviços Municipalizados possam ir lá despejar.

É um conjunto de situações que estão em cima da mesa, neste momento e esperamos que corram todas da forma como estão a ser planeadas e com isto tudo achamos mesmo que a qualidade de vida vai melhorar naquela zona que, como todos nós sabemos, é uma coisa que, em pleno século XXI já não devia de existir, mas não paga a pena estarmos aqui a falar, por todas as questões, porque tenta-se aqui colar a CDU, como a única responsável por isto, mas todos sabemos perfeitamente que não é a CDU, a única responsável por isto, agora temos todos a certeza se estas obras forem feitas, são da inteira responsabilidade da CDU.

2. **Deliberação n.º 047/2023/AM – Delib. CM n.º 831/2023 – Contratação para “Aquisição de viatura de lavagem de contentores” para os Serviços Municipalizados de Setúbal – Autorização prévia para assunção de encargos plurianuais decorrentes desta contratação – Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

3. **Deliberação n.º 048/2023/AM – Delib. CM n.º 864/2023 – Procedimento de Abertura da Contratação de Empréstimo de Médio/Longo prazo – Investimentos Municipais 2024 - Adjudicação**

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PS, PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Alexandre Teles (PSD) – O conjunto de projetos de investimento estratégico para o Município, consta de opções políticas do Executivo que, naturalmente, são passíveis de ser debatidas e, sobretudo criticadas, pese embora algumas destas opções não serem as do PSD consideramos que alguns dos investimentos são bastante interessantes, trazem um claro retorno social para os setubalenses, caso óbvio disso, é o Refúgio Climático da Várzea, que vai ao encontro da Recomendação aprovada por unanimidade que o PSD apresentou na Assembleia Municipal. Não obstante, é necessário enquadrar esta abertura de procedimento de contratação de empréstimos, cujos 56 milhões de euros de dívida do Município, onde o peso considerável desta dívida são os 17 milhões de dívidas a fornecedores.

Como e quando pretende o Município pagar este passivo, daqui a vinte anos?



Onde fica a justiça intergeracional, que determina que as gerações presentes têm o dever de manter a integridade ecológica e a estabilidade económica da nossa cidade, para uma boa sustentação da vida das gerações futuras.

O crescimento económico, a coesão social e a sustentabilidade do progresso tecnológico justo, são somente possíveis a partir da defesa de um posicionamento, em que se quer dar, não um sinal de abdicar, mas antes de potenciar, de empoderar. É desta solidariedade intergeracional que precisamos e devemos incentivar se queremos um mundo menos desigual, nada é mais libertador do que saber que é diferente a expressão de si próprio, mas igual nos direitos.

Devem estes investimentos serem levantados através de mais endividamento?

Serão os nossos jovens iguais em direito, à geração que a maior parte dos eleitos pertence, quando vão ser mais sobrecarregados fiscalmente.

Deixo aqui um apêndice que tem dado aqui muito debate, relativamente às passadeiras, porque a história dos 500 mil euros que foi dado no empréstimo, não neste empréstimo, no outro a longo prazo, deixo só aqui um pequeno aparte, uns dizem que é reabilitar, outros dizem que é requalificar, mas o que está escrito aqui neste empréstimo é “reabilitação das passadeiras do município”, eu leio como reabilitação, o fazer trabalhos de reparação ou de recuperação, quando dizem que os 500 mil euros foi para requalificar, se calhar, neste empréstimo está aqui mal escrito para o que era aplicado os 500 mil euros, por isso é que existe este debate que há aqui pelas passadeiras, uns dizem que é para reparar as existentes, outros dizem que é para requalificar, se calhar, é preciso ter um pequeno cuidado em certos pormenores.

De resto, apesar desta intervenção, estes investimentos são a cargo do Município, do Executivo, e vamos nos abster nesta deliberação.

Flávio Lança (IL) – Gostaria de começar por enfatizar que reconhecemos e valorizamos a importância das obras e projetos que foram apresentados, cremos firmemente na necessidade de melhorar e ampliar as infraestruturas e serviços, para os cidadãos deste município, no entanto, o nosso voto será contra a contratação de um empréstimo de médio longo prazo, baseando em considerações financeiras e económicas, que acreditamos serem cruciais para a sustentabilidade futura deste município.

Estamos num período de elevada inflação e com taxas de juro em crescimento, o que torna a contratação de novos empréstimos mais onerosa e potencialmente prejudicial para as finanças do município a longo prazo. O relatório do auditor demonstrou que o município enfrenta desafios financeiros, com resultados líquidos negativos e o incumprimento da regra do equilíbrio orçamental no 1º semestre de 2023. No ano passado, o município já aprovou um empréstimo de 6 milhões de euros e antes de considerarmos a contratação de novas dívidas, precisamos de concluir os diversos investimentos propostos e avaliar cuidadosamente a capacidade de pagamento das obrigações existentes.

A nossa posição não é contra o progresso ou contra o desenvolvimento, em vez disso, é uma chamada para uma gestão financeira prudente e responsável, que garanta que as decisões tomadas hoje, não comprometem a saúde financeira e a capacidade de investimento do Município no futuro.

E por estas razões, o nosso voto será contra esta proposta de contratação de empréstimo.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN, continua a ver com grande preocupação o desgoverno das contas do Executivo, bem como o ativar de sucessivos empréstimos, sem uma consolidação das mesmas.

Recorde-se que a prestação de contas consolidadas referentes ao exercício, findo em 2022, resultou em uma certificação legal de contas com diversas reservas e ênfases.

Ainda ficámos mais preocupados, quando a bancada da CDU dá a entender, que não se pode despende algo tão simples como a gratuitidade de identificações eletrónicas, para animais de companhia, por um motivo de equilíbrio de contas do Município. Afigura-se ainda como difícil de entender, o sucessivo injetar de quantias astronómicas nos mesmos projetos, caso de exemplo, o Parque da Várzea, já aqui referido, que contaria aqui com um orçamento específico adicional de quase um milhão de euros, com a conclusão das obras a ser alvo de constantes avanços e recuos, dos quais não têm sido fornecidos à Assembleia Municipal, uma explicação coerente. Por este motivo nos iremos abster nesta votação.



Afonso Luz (CDU) – Acho que o que está aqui em causa, é se os investimentos que aqui estão colocados, são necessários ou não, e quanto a isso, nestas últimas intervenções, não ouvi nada. A capacidade de endividamento da Câmara, sustenta este empréstimo aqui proposto, creio que ninguém aqui será contra, o financiamento de investimentos através de financiamentos de médio longo prazo, portanto, não compreendo, como também não compreendo esta questão sobre a intervenção na Várzea, está dito até à exaustão o investimento que está a ser realizado na Várzea tem várias fases e, portanto, aqui trata-se de avançar com mais uma dessas fases.

João Fidalgo (PS) – Senhor Presidente, peço escusa da presente votação por motivos profissionais.

Paulo Lopes (PS) – Queria aqui realçar um ponto, que ainda ninguém aqui falou e que tem a ver com o serviço da dívida, ou seja, segundo a própria proposta e face à atual taxa de juros que é muito diferente da taxa, com que a Câmara estava habituada no passado a financiar-se, os 8,9 milhões de euros, vão custar 13,3 milhões de euros no final, ou seja, vão custar mais de 4 milhões, é quase 50% do valor que se vai emprestar e, portanto, não pondo em causa aquilo que são as obras, para as quais este tipo de empréstimo vai ser usado, aliás, os vereadores votaram e nós aqui vamos viabilizar esta proposta, mas é preciso ter em conta que os juros da dívida, os juros dos empréstimos, neste momento, são substancialmente diferentes daqueles que eram há 3, 4 anos atrás, portanto, é só isto que é preciso ter em conta, porque efetivamente é 50% do valor pedido que se vai pagar em juros.

Afonso Luz (CDU) – Percebo esta preocupação aqui manifestada, sobre o serviço da dívida, mas esta simulação é feita com as taxas atuais, que de facto estão muito altas, mas como a taxa é flexível e, portanto, indexada à Euribor e com o Spread, esperemos que regressemos a taxas muito mais suportáveis e, portanto, que o serviço da dívida acabe por ser muito mais reduzido num futuro próximo.

Vice-Presidente da Câmara – Só queria lembrar que, neste momento, somos todos vítimas das taxas de juro, quer cada um de nós individualmente, para honrar e cumprir os seus compromissos bancários, quer também as Autarquias, mas tendo em conta o leque de intervenções que estamos aqui a propor, julgamos que será de contrair este empréstimo e de poder dar este salto qualitativo. Acho que foi unânime, todos os senhores deputados reconheceram o valor das ações que estão aqui propostas, portanto, a nossa opção vai neste sentido, para que realmente se trate de um investimento, para que possa vir a ter retorno, e não apenas de uma despesa, ou da gestão do serviço da dívida, como está aqui a ser falado. Temos ideia que se estas propostas forem implementadas, vão trazer muito benefício às nossas populações.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra da IL e 19 abstenções, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

4. **Deliberação n.º 049/2023/AM – Delib. n.º 867/2023 – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 4,69 m², sita na Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal**

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

5. Deliberação n.º 050/2023/AM – Delib. CM n.º 868/2023 – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com a área de 22,68 m², sita na Rua das Alcaçarias – Bairro Salgado, em Setúbal

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Ilídio ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

6. Deliberação n.º 051/2023/AM – Delib. CM n.º 936/2023 – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 5.ª ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, o voto contra do CH e as abstenções do PS, PPD/PSD, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Vitor Rosa (BE) – Tal como tinha referido também na reunião da Comissão de Finanças, deixar aqui a nota, relativamente ao ponto 4, que é o reforço das rubricas 06020309, fala-se aqui da recuperação de custos incorridos a pagar à Águas do Sado, e a dúvida que se coloca é de que estamos a falar de custos incorridos em que valor, porque quando chegamos à rubrica, temos cá mais 243 ou 273 mil euros, em “outros”. Não há detalhe, não há desagregação destes valores, acho que era importante para conhecimento e informação à própria Assembleia, que houvesse essa desagregação destes dados.

Depois, reforça-se ainda rubricas e planos que revelam, ou revelaram dotações insuficientes, esta tem sido decorrente em cada alteração modificativa apresentada a esta Assembleia, termos sempre esta rubrica, este reforço de rubricas e planos que revelam dotações insuficientes e depois não há também esse detalhe em termos de informação. Era a nota a deixar, porque irei me abster nesta deliberação.

Vice-Presidente da Câmara – Os mapas que estão em anexo tem exatamente todas as alterações e todas as mexidas, na proposta é destacado estes pontos, portanto, normalmente é esta a metodologia, portanto, aqui depois nestes mapas, aparece discriminado tudo o que estava com dotação insuficiente e teve de ser corrigido.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 27 votos a favor, 17 da CDU e 10 do PS, 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 votos contra do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

7. Deliberação n.º 052/2023/AM – Delib. CM n.º 937/2023 – Hasta Pública para atribuição de licenças para a atividade de partilha de velocípedes ou equiparados, com ponto de partilha, para utilização pública, durante períodos de curta duração e utilização do espaço público associado

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PPD/PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria com os votos a favor da CDU, PPD/PSD e PAN e as abstenções do PS, CH, BE e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Flávio Lança (IL) – Relativamente à proposta em apreço, que visa estabelecer a atribuição de licenças para a atividade de partilha de velocípedes ou equiparados, através de hasta pública, vimos em nome da bancada da Iniciativa Liberal, manifestar a nossa posição. Queremos deixar claro que, reconhecemos a necessidade de regulamentar a atividade em questão, entendemos que a gestão eficiente do espaço público é uma prioridade e que é imperativo garantir que estas atividades se desenvolvam de maneira segura e organizada, para benefício dos cidadãos de Setúbal. No entanto, temos sérias reservas quanto ao método proposto de atribuição de licenças por meio da hasta pública, a nossa principal preocupação reside na potencial limitação do livre mercado que esta medida pode causar. Acreditamos que um mercado aberto e competitivo, é fundamental para fomentar a inovação e garantir a oferta de melhores serviços e preços aos consumidores. Restringir a entrada neste mercado pode ser contraproducente, tememos que esta medida favoreça apenas grandes empresas com maior poder financeiro, em detrimento de pequenos empreendedores ou start-ups que, mesmo tendo ideias inovadoras, não tem capacidade para competir em termos de licitação.

Defendemos que, através de uma regulamentação eficaz, podemos alcançar uma gestão eficiente do espaço público sem limitar artificialmente o número de operadores no mercado. A limitação da entrada de novos players pode levar à formação de um oligopólio, restringindo a diversidade de oferta e possivelmente prejudicando os consumidores. Para mercados inovadores como este, a flexibilidade é crucial, queremos uma Setúbal que se adapte rapidamente às mudanças e às novas tecnologias.

Em virtude dos argumentos apresentados e acreditando que Setúbal merece um sistema mais inclusivo e competitivo, a Iniciativa Liberal irá votar contra a presente proposta.

Paula Soeiro (PSD) – Possivelmente, em sede de Comissão Permanente, não foi equacionado aquilo que consideramos não ser uma boa organização dos pontos da ordem de trabalhos, relativamente a este ponto em concreto. Ele surge como um caderno de encargos, que surge antes da aprovação final do Regulamento da Mobilidade Partilhada, que consta no ponto 12, alguns dos artigos que estão neste caderno de encargos, remetem especificamente para aquilo que tem a ver com o Regulamento da Mobilidade Partilhada, poderemos estar perante uma situação em que, até passa nesta Assembleia o ato da hasta pública e o caderno de encargos e depois chegarmos ao ponto 12 e o Regulamento da Mobilidade Partilhada, que lhe dá fundamento, não ser aprovado, teoricamente, poderá acontecer isso. Era dar nota desta questão e também dizer que, na Comissão de Urbanismo e Mobilidade tinha sido registado que o Executivo iria enviar o relatório de balanço do sistema atual, que ainda não nos chegou.

Presidente da Mesa – Tem razão, aliás, eu próprio ponderei sobre isso, mas a ordenação das propostas, é-nos dada pela Câmara, portanto, a Câmara faz a sequenciação das propostas, e depois há uma salvaguarda que é, a aprovação delas é em simultâneo, que é quando aprovamos a ata em minuta, aprovamo-las todas, ou seja, as que são e as que não são, pode acontecer que haja contradição, umas dependam das outras, mas na realidade, se o Regulamento não for aprovado e daquilo que ele remeter, esta proposta fica prejudicada, não há dúvida nenhuma, não é, portanto, tem que se voltar ao Regulamento ou então adaptar a proposta.

Mas a sequenciação é aquela que vem da Câmara e nós optámos por manter essa sequenciação.

Vereadora Rita Carvalho – Queria dar o seguinte esclarecimento, a própria proposta da hasta pública, considera que a mesma só é eficaz, ou só poderá ser promovida, após a entrada em vigor do Regulamento de Mobilidade Partilhada do Concelho de Setúbal, portanto, a questão fica salvaguardada.

Ilídio Ferreira (PS) – Temos algumas observações, mas deixamos para o Regulamento, porque é no Regulamento essencialmente que temos algumas observações. Na comissão foram levantadas pelos membros da Comissão, algumas questões sobre esta proposta, que a senhora Vereadora respondeu. Eu devo dizer aquela que me parece, para além das que decorrem do Regulamento, e que falarei adiante, aquela que me parece que deveria ter outra solução, é a questão do artigo 21.º, em que diz que as tarifas de serviços de partilha propostos para o operador, que foi uma questão levantada pelo membro do Bloco de Esquerda, ficam sujeitos à aprovação por parte da Câmara Municipal, e eu estou de acordo com o membro do Bloco de Esquerda que referiu isso, que deveria ser do conhecimento nesta fase. Isto pelo seguinte, porque uma vez que se trata de hasta pública, em que o valor base é fixado, consta desta proposta e depois tem lances de 500 euros, penso que os concorrentes deveriam saber os valores das licenças das tarifas, de que vão beneficiar e não ficar com um eventual estudo financeiro futuro. Uma vez que os aumentos já estão em função do índice de preço do consumidor, esse é um aspeto que nos merece maiores reservas neste caderno de encargos.

Vitor Rosa (BE) – Foram feitas na comissão, um conjunto de considerações, o deputado Ilídio, falou numa delas, aquilo que eu deixava aqui, era como recomendação da própria Assembleia ao Executivo, relativamente à questão do caderno de encargos e que foi também discutida na nossa comissão, que é no artigo 27º, na alínea b), que a informação mencionada na alínea anterior deve ser reportada mensalmente em formato Excel ao Município de Setúbal, e a recomendação aqui da Assembleia, era que também esta informação chegasse à Comissão de Ambiente, da Assembleia Municipal. É a recomendação que é deixada relativamente a este caderno de encargos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 1 voto contra da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

8. Deliberação n.º 053/2023/AM – Delib. CM n.º 938/2023 – Hasta Pública para alienação de 7 lotes de terreno, sítos no Loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, PPD/PSD, BE e PAN e as abstenções do CH e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 abstenções do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

9. Deliberação n.º 054/2023/AM – Delib. CM n.º 939/2023 – Hasta Pública para alienação de um prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, os votos contra do PS e BE e as abstenções do PPD/PSD, CH, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PPD/PSD, CH, PAN e IL e o voto contra do PS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista, quando a Câmara adquiriu este imóvel por uma permuta com os terrenos onde hoje estão localizados a estação de serviço no Monte Belo e o Burger King, manifestou-se contra esta permuta. Na altura, a Sra. Presidente anunciou um grande investimento aqui, que era a Casa das Artes, a Fábrica das Artes, que nunca se chegou a realizar.

O Partido Socialista votou contra na Câmara e vai votar contra aqui, porque no seu programa eleitoral tinha um objetivo para este espaço, nomeadamente a criação do Ninho de Empresas, capaz de atrair em articulação com o Politécnico ali um polo de desenvolvimento. A maioria, na altura, entendeu outro destino, não conseguimos perceber porque é que comprou e depois vendeu e acabou por não executar a obra prometida, mas esta é a posição do Partido Socialista.

Rui Lamim (PSD) – No passado dia 19 houve uma sessão de apresentação do diagnóstico da Cultura de Setúbal, contributos para Plano Estratégico. A certa altura, tinha sido referido amiúde que havia falta de salas de média dimensão, porque as pessoas achavam, os intervenientes da cultura achavam e houve várias referências a esta situação que faltaria em Setúbal salas de média dimensão. Intrigado perguntei o que é que seriam essas mesmas salas de média dimensão ao senhor que estava a apresentar o relatório de trabalho que já vai longo e o senhor disse que faltariam salas com dimensões entre 200 e 300 lugares, algo entre a sala da Biblioteca e a sala do Luísa Todí.

Passado pouco tempo, houve um concerto promovido pela APSS, ali em baixo, em frente aquilo que era a Fábrica das Artes, num palco montado para o evento numa zona onde amiúde se montam palcos para eventos. E ligando uma coisa e outra a dúvida surge, porque é que o município vai vender um edifício numa zona destinada a atividades de arte quando há essa mesma necessidade e que é explícita agora com este diagnóstico da cultura que está a ser elaborado para fazer algum dinheiro para um fim que é, provavelmente, habitacional, quando o destino do que está indicado na propriedade é a atividade comercial e não habitação. Surgem aqui um conjunto de dúvidas acerca da estratégia que leva aquela zona, uma zona onde se pode fazer barulho, que é uma zona de lazer, é uma zona de fruição da cidade e é uma zona onde efetivamente há atividade cultural. Há uns tempos fomos surpreendidos pela opção de não concretização da tal Fábrica das Artes, por opção da Gráfica. A Gráfica tem o seu mérito, naturalmente, já lá fomos, tem as instalações com um certo charme, porque aquele ambiente industrial é algo de interessante e apelativo, só que, convenhamos, fica numa zona onde o acesso é mau, é alto, não é numa zona plana, é difícil chegar de carro e é difícil chegar a pé.

Esta foi a opção do município, colocar aquilo que é a Fábrica das Artes no sítio da Gráfica por opção de abandono de um sítio de excelência onde há atividade cultural, onde há atividade de lazer, onde estão as pessoas, pelo que as reticências que podemos levantar acerca desta opção são muitas e com dificuldade iremos acompanhar esta iniciativa de venda.

Vitor Rosa (BE) – Este é um edifício que já tem uma longa história e agora acrescenta-se mais alguns dados a esta história.

Em 2020 a apreciação que era feita e quando foi aberto o concurso, o ato público, na altura, ficou vazio, ninguém concorreu e isso voltou novamente para o domínio da Câmara e foi feita uma avaliação de 1 milhão e 500 mil euros para uma área que era de 1.000 m², grosso modo. Passado três anos, isto é o fruto, não é só o mercado a funcionar, é a especulação imobiliária também a funcionar, passamos agora para uma nova avaliação com mais 175 m² de 2 milhões e 168 mil euros. Em três anos há aqui um acréscimo de 668 mil euros sobre o mesmo espaço.

Isto para juntar a este negócio que está a ser proposto pela Câmara para a alienação deste património municipal, juntar também aquilo que já aqui foi dito, que era o objetivo inicial da aquisição deste edifício e agora aquilo que a Câmara quer fazer, que é apenas um negócio puramente financeiro. Em relação a isso não podemos estar a favor desta proposta, desta deliberação.

Simão Calixto (CDU) – Sobre este assunto e, de facto, isto já foi discutido por diversas vezes, naturalmente que as opções, as políticas e as oportunidades também evoluem, não ficam estáticas no tempo e aquilo que era uma necessidade e uma realidade indicada para aquele edifício deixou de ser, porque, entretanto, se identificou esta solução da Gráfica que, aliás, tem servido o município e os agentes culturais da cidade com uma grande diversidade de iniciativas que lá acontecem, residências artísticas, etc.

Esta infraestrutura, neste momento, responde aos objetivos que inicialmente estavam traçados para este edifício na Baixa.

Parece-nos que nos interessa desenvolver, investir e garantir as melhores condições com estes objetivos que já estão no espaço da Gráfica, portanto, com os agentes culturais a valorizar aquele espaço e na potencialidade que ele pode ter, incluindo, também, nas salas de média dimensão, nas Black Box e em tudo aquilo que lá se poderá, eventualmente, fazer.

Era esta a intervenção que queria fazer, esperando que possa, também, passar, digamos assim.

Vereadora Rita Carvalho – Gostava de dar alguns esclarecimentos relativamente às questões que foram colocadas.

Ela hoje tem uma função que é respondida pelo equipamento da Gráfica, como já foi aqui referenciado e na própria discussão que aconteceu na reunião de Câmara quando esta proposta foi discutida e aprovada, hoje, a Gráfica responde aquilo que eram os pressupostos de quando o edifício veio à nossa posse em 2017, creio eu, para a Fábrica das Artes. Aliás, com muito melhores condições, porque a Gráfica tem outras condições, do ponto de vista espacial e da organização do edificado.

Este edifício é contido, tem as suas limitações, não responde à possibilidade de uma sala de espetáculos e o palco que referiu do evento da semana passada, foi das festas da Baía, foi um concerto em espaço público para cerca de 2 mil pessoas, nunca para um palco de 200 pessoas ou para um espaço de 200 pessoas. Pelas condições do próprio edifício, um auditório, foi um dos exemplos que foi aqui referenciado, não tem condições de funcionar naquele edifício. Por outro lado, há que perceber que, da mesma forma que em determinado momento a Câmara pelos investimentos que fez e pela qualificação e criação de novos equipamentos públicos, promoveu a reabilitação urbana. Quando falo de reabilitação urbana, não é a reabilitação do edificado, é a potenciação de valorização de todo o espaço urbano e de toda a vivência urbana e isso aconteceu na Baixa e na frente ribeirinha com os diversos equipamentos que foram feitos pela Câmara. Hoje estes espaços, por si só, têm a sua função, diria, salvaguardada, porque hoje são reconhecidos pela comunidade setubalense e por quem visita Setúbal a procurar estas ou outras funções e outros equipamentos.

O que me parece, e esta é a terceira vez que esta proposta vem à Assembleia Municipal, é que há, de facto, aqui uma justificação de argumentos para inviabilizar a aprovação da mesma. Nenhum dos argumentos apresentados, obviamente que é a opinião de cada uma das bancadas, põe em causa a função e aquilo que está aqui hoje em discussão, que é a alienação de um edifício que não tem condições para responder às propostas concretas que foram aqui apresentadas, como o Ninho de Empresas ou uma sala de espetáculos, é um edifício que está degradado na frente ribeirinha da cidade e, portanto, deve ser reabilitado.



O que me parece é que todos os argumentos que foram aqui apresentados são uma pura justificação daquilo que é o sentido de voto já antecipadamente decidido.

Paulo Lopes (PS) – Dizer que a senhora vereadora reconheceu aqui que o edifício, efetivamente, não tinha condições para ser uma Fábrica das Artes como foi anunciado. O que é estranho, porque quem propôs a Fábrica das Artes foi a própria CDU e que promoveu esse edifício com as tais características tão negativas que a senhora vereadora aqui acabou de elencar.

Obviamente que houve uma mudança de planos da CDU e aquilo que entendemos é que houve, também, uma falta de estratégia por parte da CDU que assumiu um determinado equipamento para aquela zona da cidade e depois não foi capaz de a concretizar, porque, entretanto, surgiu outras oportunidades.

O problema é que isto é recorrente, aconteceu o mesmo com a Praça de Touros que se comprou, está lá e está ao abandono, aconteceu o mesmo com o Imapark que está lá e está ao abandono, aconteceu com outros equipamentos que se compraram e que depois ficam ao abandono. É só isto que eu critico e por parte da Câmara Municipal de Setúbal revela, também, uma gestão e uma visão insuficiente na aquisição destes edifícios e depois não dar continuidade na execução dos projetos que propõe à cidade.

Vereadora Rita Carvalho – Clarificar duas questões, este imóvel não foi adquirido, foi uma permuta, o que é diferente, depois as condições da Fábrica das Artes, que tem o nome de Gráfica, é impossível reproduzir neste equipamento. Uma das questões que foi aqui identificada era que se devia manter as funções de Fábrica das Artes no edifício da Guilherme Gomes Fernandes e hoje as funções que eram perspetivadas para a Fábrica das Artes estão integradas com mais valências no edifício da Gráfica.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 da IL, 13 votos contra, 10 do PS, 2 do PPD/PSD e 1 do BE, e 7 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

10. Deliberação n.º 055/2023/AM – Delib. CM n.º 943/2023 – Permuta de lotes de terreno, sítios em Nova Azeda e em Quinta do Quadrado, em Setúbal

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, o voto contra do BE e as abstenções do PS, PPD/PSD, CH, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria com os votos a favor da CDU e do PPD/PSD, as abstenções do PS, CH, PAN e IL e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Vítor Rosa (BE) – Acima de tudo esclarecimentos relativamente aqui a duas circunstâncias. A primeira tem a ver com a avaliação que é feita pelo perito em que nos dá um valor relativamente aos lotes de terreno 9, 10, 12 e 13, depois 5 e 6, no valor de 1 milhão 270 mil euros. Depois os lotes de terreno 9, 10, 12 e 13 têm 1.214.000,00€ (um milhão duzentos e catorze mil euros), no entanto, é entendimento da parte da Câmara e do interessado em ficar um valor de 1.214.000,00€. O porquê desta diferença de valores e porque não o valor mais alto? Ou seja, porque é que ficam os lotes de terreno por valores mais baixos relativamente àquilo que foi o valor mais alto? Porque estamos a falar aqui de um valor ainda de diferença de sessenta e qualquer coisa mil euros.

Depois perceber se, de facto, isto é tudo destinado a habitação? Sendo destinado para habitação vemos que relativamente à área de cedência à Câmara Municipal não existe qualquer valor, zero metros quadrados.



Porque é que quando falamos das questões da habitação e numa permuta destas a Câmara não poderia ter feito valer a existência de alguns destes espaços de metros na aquisição de algumas frações para arrendamento mais baixo ou para dar resposta, também, a alguma das necessidades da habitação?

Flávio Lança (IL) – Quero deixar só aqui algumas notas sobre esta deliberação. Consideramos que é nossa responsabilidade, como representantes eleitos, zelar pelo interesse público e garantir que os recursos municipais são utilizados de forma eficiente e eficaz.

Esta proposta de permuta, embora possa parecer uma situação justa para o proprietário privado, levanta questões sobre a responsabilidade e a prestação de contas do município. Os responsáveis pelo dano causado ao privado, seja por falta de atenção, falta de diligência ou qualquer outro motivo, devem assumir as consequências dos seus atos, não podemos simplesmente transferir o ónus desses erros para o património público, precisamos de um sistema que responsabilize aqueles que cometem erros, que garanta que tais situações não se repitam no futuro e que proteja o património e os interesses dos cidadãos de Setúbal. Por isso é que nos iremos abster nesta votação.

Simão Calixto (CDU) – Quero só fazer notar que estamos aqui a discutir este assunto hoje, porque, de facto, e como vem bem identificado na proposta que nos chegou, esta permuta surge de um alvará de loteamento que foi efetuada a respeito do PDM, em 1988, e agora a Câmara vê-se obrigada a ceder outros terrenos em seu prejuízo, digamos assim, fruto destas más decisões de há 30 anos. Portanto, não queria deixar de fazer notar isso.

Rui Lamim (PPD/PSD) – Acho que o ponto é mais ou menos esse, os lotes na Quinta do Quadrado e quanto é que eles valem, qual é a avaliação que é feita, porque a origem da permuta é baseada num valor que é atribuído a esses lotes da Quinta do Quadrado e diz-se aqui que é assunção de um erro da Câmara Municipal já muito antigo.

Estamos a falar do quê? Estamos a falar de um lote ou de um pedaço de terreno ali ao pé da Escola do Ciclo, onde hoje existe um parque de estacionamento e mais nada. A valorização daquele lote é o quê? É aquele valor que está indicado nos papéis? Porque haveria direitos de construção? Aquela área nunca foi área de construção, era uma zona verde, não estava avaliada como terreno de construção, havia direitos adquiridos. Vale mesmo aquele valor? É uma pergunta que é pertinente, porque é a base de todo o negócio, a base desta permuta.

Existindo dúvidas acerca desta avaliação, e elas existem, a avaliação está aí nos documentos, uma avaliação daquele valor para aquele espaço baseado numa decisão que não tem suporte legal, o que nos faz pensar que seria de todo conveniente retirar esta proposta e fazer uma reavaliação mais precisa de quanto é que valerão aquelas decisões antigas e se esses documentos valerão mesmo os tais direitos que alguns dizem que existem. Nós levantamos muitas dúvidas que existam e que podem, neste caso, fazer uma alteração muito significativa a esta permuta, pelo que propomos que esta proposta seja retirada e seja reavaliada.

Paulo Lopes (PS) – O Partido Socialista acha positivo que a Câmara Municipal queira resolver um problema que se tem vindo a arrastar no tempo, sem dúvida alguma. Agora, para informar o deputado Simão Calixto, o alvará é de 1988, mas se for pesquisar nos arquivos da Câmara, o processo começou muito antes de 1985, não sei se está a perceber o que é que estou a dizer? Portanto, numa altura em que, inclusivamente, não havia sequer Reserva Agrícola Nacional definida, nem Reserva Ecológica. Não havia, isso é algo relativamente recente quando foi criado o PDM em 1991/1992 e que depois veio a ser aprovado em 1994.

Não! Sei o que estou a dizer, começou a ser trabalhado em 1991 e foi aprovado em 1994, portanto, acho que é positivo a Câmara ter uma atitude pró-ativa em resolver um problema que subsiste no tempo, como existem outros problemas com 30, 40, 50 e 60 anos. É preciso, acima de tudo, não continuar a cometê-los no futuro.

Vereadora Rita Carvalho – Só para tentar ajudar a explicar o que está aqui em causa. Efetivamente em 1988 foi aprovado um loteamento que constituía, entre outros, os lotes em causa que é o 5 e o 6 da Quinta do Quadrado. Este alvará de loteamento teve uma alteração em 1995, é uma alteração de circunstância para correção de uma pequena área.

O PDM publicado em 1994, classificou a zona onde estes lotes tinham sido anteriormente aprovados como espaços verdes, RAN e REN. O que está aqui em causa é uma proposta, de alguma forma, de compensação dos direitos adquiridos por terceiros, ou seja, a Câmara aprovou os lotes que foram vendidos e não têm capacidade de edificação e tem que haver uma compensação relativamente a uma expectativa que não foi cumprida e isso é uma obrigatoriedade, de facto, da entidade que criou a expectativa e que não fez pela anulação dos lotes e que não encontrou alternativa em devido tempo.

O que está aqui em causa é a permuta de 4 lotes no loteamento municipal da Azeda, propriedade da Câmara, por 2 lotes na Quinta do Quadrado que não têm capacidade edificativa, nunca serão construídos, porque eles estão no interior do Parque Urbano da Várzea, não têm condições de construção, são uma bacia de retenção e serão integradas ou estão integrados na zona do Parque Urbano da Várzea.

Não percebi em concreto, a questão que foi colocada relativa à avaliação, mas do que deduzo é que a avaliação dos lotes da Quinta do Quadrado tem um valor superior aos lotes municipais da Azeda. É isso? Resulta dos valores de mercado, dos entendimentos e das conversas havidas com o proprietário, apesar desta diferença de valores e do tempo decorrido, o proprietário prescinde da compensação da diferença do valor dos lotes.

Ilídio Ferreira (PS) – Julgo que quando o Paulo Lopes fala da questão de 1988, do alvará, é que quando se emite um alvará de loteamento há um conjunto de procedimentos que já vêm de anos anteriores, com certeza. De facto, na altura não havia legislação como existe agora, não estava previsto em PDM, que existia na altura, a RAN e a REN e foi uma situação com que a Câmara se viu confrontada, direitos adquiridos e impossibilidade de construção, portanto, havia direito a indemnização.

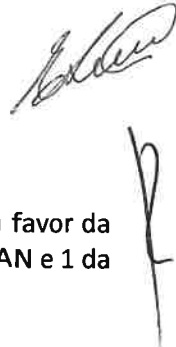
Devo dizer que não tenho, neste momento, presente exatamente quantos lotes eram, mas apanhei, também, quando estava na Câmara esse processo, já não à alteração de 1995, mas o problema dos proprietários a quererem construir e a Câmara a não autorizar a construção. Houve mais lotes que, entretanto, foram sendo solucionados, não sei exatamente quantos, mas não eram só dois. Foi só mais um? Tentaram fazer acordos com os proprietários através de permutas e com esses dois julgo que não foi possível fazê-lo na altura, felizmente agora será.

Vereadora Rita Carvalho – Sem querer tornar isto numa conversa demasiado técnica. De facto, este loteamento, de acordo com o parecer do INAG, a determinado momento havia 3 lotes que eram impossíveis de construir e o próprio PDM, em 1994, quando faz a classificação, devia ter logo considerado a anulação, em particular, destes 2 lotes, porque classifica esta zona como verde e impossível de haver a possibilidade de construção. Devia ter cedido só logo nesse momento, ter-se considerado a possibilidade deste entendimento ou desta compensação, digamos assim.

Há um outro lote que inicialmente tinha sido identificado como impossível a construção, mas, entretanto, com a construção da bacia de retenção e a redução da zona inundável, esse lote já é possível concretizar.

Esta proposta só vem agora à Câmara, porque o anterior proprietário entrou em insolvência, o património foi para uma instituição bancária e agora o filho do anterior proprietário recuperou todo o património do pai e é com ele que este entendimento está a ser feito.

Presidente da Mesa – Nestas matérias é que vale a pena gastar tempo a aprofundar e a esclarecer. São problemas ancestrais, quase ancestrais, que se arrastam ao longo do tempo, mas que é para resolver um problema que está aqui esta proposta. Quando os direitos de construção são perdidos para utilidade pública, normalmente expropria-se, quando isso não é possível ou não é conveniente há permutas e estamos agora aqui perante uma situação que é uma solução de uma situação bastante antiga.



Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 2 votos contra do PPD/PSD, e 19 abstenções, 10 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

11. Deliberação n.º 056/2023/AM – Delib. CM n.º 944/2023 – 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023

Luís Matos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Mariana Creso (PAN) – Mais do que uma intervenção é um pedido de esclarecimento se assim for possível. Visto que este momento, em particular, se refere aqui ao Regimento dos Bombeiros Sapadores, gostava da confirmação da seguinte informação, supostamente terá sido indicado pelo sindicato que estariam em falta operacionais para cumprir com as escalas de serviço e que o número de operacionais em falta estaria situado entre os 20 e os 24 elementos.

Este documento, em particular, prevê a contratação futura, porque, neste caso, estamos apenas a falar de recrutadas, portanto, estagiários que ainda terão que completar um ano até estarem ao serviço, além do que é referido aqui no documento que está previsto a aposentação, suponho eu, de 9 elementos e, também, é sabido que tem havido pedidos de mobilidade interna que já foram efetivados.

Gostava então, perante estes considerandos, de uma possível explicação acerca do porquê de só serem solicitados 20 postos de trabalho.

Vice-Presidente da Câmara – Esta recruta estava prevista ir no mapa de pessoal de 2024, tendo em conta as questões que levantou e que são muito importantes daquilo que é o dispositivo e o número de bombeiros disponíveis em cada turno, tendo em conta as ausências, férias, etc., decidimos propor que fossem criados lugares no mapa e em próxima reunião de Câmara irá a abertura do procedimento concursal.

Normalmente, quando fazemos as recrutadas, o número é variável entre 16, 20 e já houve duas recrutadas há bastantes anos que foram de 24.

O que é que acontece? Quando as recrutadas são de muitos trabalhadores, normalmente quando se aposentam, aposentam-se quase todos ao mesmo tempo e por isso evitamos fazer as recrutadas de mais de 20 elementos. A última que fizemos foi de 12, a penúltima foi de 16, e julgo que a antepenúltima tenha sido de 20 e agora estamos a propor novamente 20.

Na companhia funcionam 4 pelotões operacionais, o que significa que vamos ter aqui um reforço de 5 elementos em cada um dos pelotões, e é o que estamos a propor neste momento, que haja efetivamente este reforço de 5 elementos em cada um dos pelotões.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

12. Deliberação n.º 057/2023/AM – Delib. CM n.º 958/2023 – Projeto de Regulamento de Mobilidade Partilhada do município de Setúbal – Ponderação dos Resultados da Consulta Pública

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PPD/PSD, PAN e IL e as abstenções do PS, CH e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Ilídio Ferreira (PS) – O Partido Socialista vê com satisfação a aprovação, esperemos que sim, deste regulamento e também da hasta pública que foi aprovada há pouco, porque era uma questão que vínhamos solicitando junto da Câmara que o fizesse e o mais rápido possível. Já estávamos com 2 anos e tal a decorrer do uso das trotinetes e já era altura de se aprovar um regulamento.

Quando o assunto foi a reunião de Câmara em abril, o Partido Socialista propôs, em fase de consulta pública, um conjunto de alterações, algumas foram consideradas, outras não, mas isso não significa que não viabilizaremos este regulamento, porque consideramos que é um avanço e que é importante.

Gostava de referir algumas questões que nos levantam, apesar de tudo, reservas e com o qual não concordamos. No artigo 5º, número 2, o número máximo de velocípedes ou equiparados poderá ir a 1.000, com possibilidade de ampliação para 1.500, quando a hasta pública que aprovámos dá 700, parece-nos que é um número exagerado a possibilidade de ir a 1.500, por outro lado, entendemos que deveria, no caso de se passar os 700, vir novamente à Assembleia Municipal para efeitos de deliberação. Não vemos como é que, em termos práticos, isto se pode concretizar, porque a hasta pública é de 350 cada um dos vencedores da hasta pública, estão previstos 2, portanto dá 700, como é que se passa para os 1.500? Talvez a senhora vereadora nos possa explicar como é que se processará.

No artigo 16, o número 1, que é a questão da utilização, está previsto uma utilização durante as 24 horas do dia, nós também entendíamos que deveríamos ser mais cautelosos nesta matéria e restringir o horário de utilização. Pensamos que a utilização durante a noite, até porque não há fiscalização, não há a possibilidade de acompanhamento, proporcione uma utilização por pessoas que poderão já não estar no estado mais adequado desde o sono até ao, eventualmente, terem consumido bebidas alcoólicas, etc., enfim, os bares funcionam a partir dessa hora. De facto, a utilização de 24 horas pode ser, na nossa opinião, complicada, ou em minha opinião, se calhar aqui é mais a minha opinião.

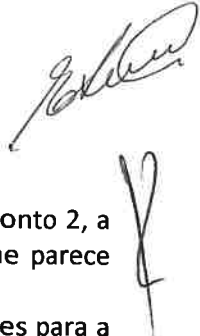
Depois no artigo 21, os deveres dos utilizadores, sugerimos que, para além dos que aqui estão, que fosse considerada a proibição de circular e estacionar nos passeios e em espaços de circulação pedonal, exceto nos locais destinados para o efeito e não foi considerado. Vê-se muita gente a andar, principalmente com as trotinetes, com as bicicletas não tanto, mas andar com as trotinetes em cima dos passeios, quando eles deveriam utilizar ou as vias próprias para circulação, essas estão no passeio, ou então andar na via pública junto com os automóveis, que é isso que diz a lei. Vê-se muitos a circular nos passeios e o regulamento não prevê essa proibição.

No artigo 23, que versa sobre os deveres gerais do operador, na alínea e), está consignado a não utilização inferior a 18 anos de idade, com o que concordamos e porque é que eu refiro? Porque, a certa altura, na apreciação que foi feita no documento para consulta pública, foi equacionado a possibilidade de ser apenas proibido inferior a 16, ou seja, permitir a utilização entre os 16 e os 18 anos. Manifestámo-nos contra, por haver um problema, no meu entender, de imputabilidade, porque só a partir dos 18 anos há imputabilidade plena, entre os 16 e os 18 anos há imputabilidade criminal, mas ela é reduzida, por se tratar de um menor, e relativamente à imputabilidade civil entre os 16 e os 18, ela existe, mas pelos pais que são responsáveis pelo menor. Não víamos razoabilidade nisto, felizmente ficou 18 anos e estamos de acordo.

Ainda no 23, alínea i), nos deveres do operador, ficou o prazo de 24 horas para a utilização, defendíamos um prazo inferior... Ficou 12, sim, nós defendíamos um prazo inferior e ele foi reduzido, inicialmente estava previsto 24, passou para 12, ainda assim parece-nos demasiado, uma vez que a empresa vai ter uma equipa específica para esta área da logística, da movimentação das trotinetas e das bicicletas. Mas 12 horas parece-nos, ainda, um tempo exagerado.

Depois foi introduzido, ainda bem, na alínea r) do artigo 23, a questão da sensibilização e da informação de ser no mínimo semestral, um assunto que falámos aqui muitas vezes, apoiamos e aprovamos. No artigo 26, também as contraordenações e coimas não estavam previstas na proposta de abril e também foram consideradas.

Finalmente neste ponto, dizer que no artigo 26, das contraordenações e coimas, no ponto 5, onde se diz “A coima para a alínea b), do ponto 1.1, será aplicada, nos termos do Código da Estrada.”, pergunto se não haverá erro, se não será a alínea a), neste caso.



Isto porque se for a alínea b), e como na alínea b) já está a previsão da coima anteriormente no ponto 2, a alínea a) ficará com uma previsão de contraordenação, mas não previsão de coima, o que não me parece razoável. Poderá haver este erro aqui, peço que o executivo verifique.

Para terminar, que já vou longo, gostava de dizer que julgo que continua a faltar ainda aqui soluções para a fiscalização. Obviamente que a fiscalização deverá ser feita, em primeiro lugar pela Polícia de Segurança Pública, como deverá fazer também para as outras viaturas, sabemos que, infelizmente, por razões várias, ela não é feita com muito rigor, talvez fosse possível encontrar uma solução entre a Câmara e os operadores para encontrar forma de fazer uma fiscalização que fosse mais atuante, mas não se vê aqui essa solução.

Dizer que quanto melhor for a utilização desta solução de mobilidade, mais cimentada ela será mais aceite e mais se afirmará, porque é um desafio que, neste momento, este modo alternativo será ambientalmente mais favorável. Neste momento é um desafio que atravessa, porque como sabem já há várias cidades de Portugal e no mundo a regredir no que diz respeito a esta matéria. Julgo que a melhor forma de não regredirmos no futuro, é exatamente sabermos normalizar, fiscalizar, acompanhar, sensibilizar de modo a que a população aceite pacificamente este tipo de mobilidade.

Vereadora Rita Carvalho – Só para dizer que este projeto de regulamento já passou pela fase de discussão pública, foram apresentados vários contributos, alguns dos quais pelos vereadores do PS e, portanto, tudo o que existir de alterações agora ao regulamento, implicaria reiniciar todo o processo de discussão pública, o que atrasaria o processo de publicação do próprio regulamento. Portanto, sugestões e contributos, de facto, podiam ter sido acolhidas num outro momento, nesta fase já não parece que seja o momento para a apresentação de contributos.

Relativamente à questão que foi colocada sobre o número de veículos, o regulamento prevê no máximo 1.000 veículos, podendo ir aos 1.500 e a forma de atribuição é com uma hasta pública, obviamente, que se for considerada a possibilidade de ampliação, para além dos 700, é uma proposta a submeter à Câmara e à Assembleia, tal como fizemos hoje na aprovação da hasta pública.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, só para dizer à Sra. Vereadora, aliás, eu disse-o de início, o Partido Socialista fez um conjunto de sugestões na altura própria, na fase da consulta pública, e alguns não foram atendidos. Não estamos, neste momento, a dizer...

Não, não, desculpe! Já levantámos o problema dos 1.000 velocípedes, que achávamos excessivo, já levantámos o problema das 24 horas que foi reduzido para 12, continuávamos, agora, não estamos neste momento a dizer que deveremos retirar para voltar a apreciar, estamos a dizer aquilo que achamos, inclusivamente, entendemos perfeitamente que a CDU não tenha aceite todas as sugestões.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do PAN, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quinze minutos do dia trinta de setembro, de dois mil e vinte e três.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e três, contém cinquenta e duas folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*